



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional



GPDES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**PROGRAMA DE GRDUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – GPDES**

ANA PRISCILA PAIVA DE FARIAS ALVES

**O CONFLITO CAPITAL VS. VIDA E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO
URBANO BRASILEIRO**

Rio de Janeiro

2022

ANA PRISCILA PAIVA DE FARIAS ALVES

**O CONFLITO CAPITAL VS. VIDA E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO
URBANO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social – GPDES do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Lucas Pimentel de Oliveira

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

A474c Alves, Ana Priscila Paiva de Farias
O conflito capital vs. vida e a resistência das
mulheres no urbano brasileiro / Ana Priscila Paiva
de Farias Alves. -- Rio de Janeiro, 2022.
62 f.

Orientador: Fábio Lucas Pimentel de Oliveira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento
Econômico e Social, 2022.

1. cidade. 2. financeirização. 3. urbanização. 4.
smartização. 5. mulheres. I. Oliveira, Fábio Lucas
Pimentel de, orient. II. Título.

ANA PRISCILA PAIVA DE FARIAS ALVES


**O CONFLITO CAPITAL VS. VIDA E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO
URBANO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social – GPDES do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Lucas Pimentel de Oliveira

Aprovada em 03 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA

 Documento assinado digitalmente
FABIO LUCAS PIMENTEL DE OLIVEIRA
Data: 30/03/2023 10:50:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fabio Lucas Pimentel de Oliveira

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof^a. Dra. Lalita Kraus

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Paulo Ricardo da Costa Reis

GPP – UnB

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Fabio Oliveira, pela paciência, companheirismo e compreensão durante todo processo de escrita.

Aos meus pais, pelo amor e incentivo em todas as horas. O cuidado e dedicação deles me fez perceber que não existe nada mais central para a vida humana do que isso. À minha irmã, por ser minha melhor amiga há vinte e cinco anos. À minha avó Terezinha, que, mesmo nunca tendo entrado numa sala de aula, sempre me ensinou a importância de estudar. À minha avó Neide, que, infelizmente, não me verá pegar meu diploma, mas que tanto se orgulhou ao me ver entrar na UFRJ. Às minhas primas e primos, a quem agradeço em nome de Marli e Kell. Às minhas tias e meus tios, a quem agradeço em nome de tia Marliene.

Ao meu companheiro, Gabriel, por me incentivar, acreditar em mim, me apoiar em cada mínima necessidade. Obrigada por fazer esses dias difíceis serem mais felizes.

A Gabriela, por trazer arte para a minha vida todos os dias. A Renata, por nunca me deixar esquecer quem eu sou. A Raissa, por ser um pedaço de casa no meio do Rio de Janeiro. A Letícia, por todas as vezes que senti paz ao lembrar apenas que existia e estava por perto. A Clarinha, pelas risadas mais gostosas. A Elaine e Vitor, por serem esperança e família.

A Thais, Andrea, Bernardo, Nistal e Cidy, por me dar abrigo quando eu não tinha nada.

A Vera, por ver brilho onde nem eu vejo.

A Luisa Caminha, Isadora, Natália, Ingrid, Gabriel e Mariana Lacerda, pela amizade revolucionária.

A Bárbara, Beatriz, Bianca, Gabriela e Carlotta, por florirem o Fundão e o meu caminho.

A Lucas, Alê, Manu e Breno, por serem lar.

A Tica, Nalu, Carol e Clarisse, por serem referências vivas e por me darem a honra de chamá-las de companheiras. É uma enorme felicidade citá-las nesse trabalho.

À Marcha Mundial das Mulheres, por me dar as lentes do feminismo anticapitalista para ver o mundo. Por me ensinar a solidariedade. Pela convicção de que a vida vale mais do que o lucro.

À Democracia Socialista, por ser abrigo em tempos difíceis e a casa ensolarada de felicidade em tempos de maior emancipação. À Kizomba, por tornar minha experiência de estudante mais coletiva do que individual.

Ao meu partido, Partido dos Trabalhadores, por me fazer indestrutível ao não terminar em mim mesma. Por, com muitas mãos, construir as políticas públicas que me fizeram chegar até aqui.

Às rodas de samba, de coco, de rima, de rap, de polga ao longo do caminho. Por me fazerem construir vínculos, por serem combustível e resistência.

À UFRJ, por ser tradição e evolução, e por me deixar fazer parte dessa história como estudante, militante e conselheira.

“estão a ver como o pessoal é político?
por causa da indústria automóvel
o filho de berta ainda não anda.
por causa de um offshore no panamá a batata foi
exterminada.
por causa dos estaleiros de viana o joaquim não
dorme.
por causa de uma hidroelétrica
ou de uma construtora tínhamos sede,
e berta cáceres foi assassinada na sua casa,
ainda março mal começava.”

Judite Canha Fernandes

RESUMO

Frente às mudanças do capitalismo, a urbanização condensa antíteses sociais que impedem o usufruto do direito à cidade, especialmente porque – catalisados pela *smartização* – se aplicam a toda e qualquer dimensão da vida. As mulheres são protagonistas no conflito por, a partir da divisão sexual do trabalho, serem responsabilizadas pela reprodução da vida. O presente trabalho faz uma análise da resistência feminina perante as recorrências e reconfigurações da reurbanização brasileira, ilustrando isso com dois estudos empíricos: o caso da Vila Autódromo e as resistências com relação aos transportes.

Palavras-chave: cidade; financeirização; smartização; urbanização; mulheres; vida.

ABSTRACT

Faced with the capitalism changes, the urbanization condenses social antitheses which precludes the enjoyment of the right to the city, especially because - catalyzed by 'smartization' - apply to any and all dimensions of life. Women are leading figures of the conflict because, as of the sexual division of labor, are responsible for the reproduction of life. The present study analyzes the female resistance to the recurrences and reconfigurations of Brazilian reurbanization, illustrating it with two empirical studies: the case of 'Vila Autódromo' and the resistance in relation to transport.

Keywords: city; financialization; smartization; urbanization; women; life.

LISTA DE SIGLAS

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

CEPACS – Certificados de Potencial Adicional de Construção

CSA – *Confederación Sindical de las Américas*

CODIM – Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres, é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Niterói

COR – Centro de Operações do Rio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IoT – *Internet of Things*

IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexos, Assexuados e mais

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não governamental

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO.....	14
1.1 Urbanização e acumulação de capitais	15
1.2 A urbanização no capitalismo contemporâneo	20
2 FINANCEIRIZAÇÃO, OCUPAÇÃO E USO DO ESPAÇO URBANO	29
2.1 Relação Estado-Mercado na produção espacial sob a financeirização	30
2.2 Financeirização e o paradigma das <i>smart cities</i>	37
3 A RESISTÊNCIA DAS MULHERES EM DEFESA DA VIDA	45
3.1. Caso Vila Autódromo.....	49
3.2. A luta dos transportes	53
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

A presente monografia consiste no Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social – GPDES, como requisito para a conclusão da graduação, e tem por objetivo central investigar as maneiras pelas quais o capitalismo se manifesta na urbanização e qual é o papel das mulheres na resistência a essas manifestações, notadamente na contemporaneidade. A pesquisa foi realizada a partir da análise de bibliografias referenciais sobre as questões trabalhadas.

O primeiro capítulo corresponde ao referencial teórico que embasa o conjunto do trabalho, sendo apresentados os elementos que, em perspectiva histórica, definem o vínculo intrínseco entre a urbanização e o desenvolvimento do capitalismo. Nele, são demonstradas as inflexões do capitalismo até culminar no regime de acumulação financeirizado. Também procura-se indicar como as reorganizações do sistema capitalista são articuladas com a responsabilização das mulheres sobre o trabalho reprodutivo, invocando a crítica feita pela teoria feminista acerca dessa questão.

O segundo capítulo discorre sobre a ofensiva da neoliberalização, situando a relacionalidade que envolve o poder público e o mercado, fazendo predominar as forças deste último na estrutura e dinâmica territorial. Neste capítulo, são reveladas as novas moldagens da financeirização nas cidades, com destaque para a digitalização e o paradigma das *smart cities*. Ressalta-se, ademais, a existência de um conflito entre o capital e a vida.

No terceiro capítulo, o conflito antes introduzido é destrinchado em um debate que posiciona as mulheres em defesa da vida, devido à sua prática cotidiana relacionada ao trabalho de cuidados. A modo de ilustração, são trabalhados os principais parâmetros que, com grande recorrência, caracterizam a urbanização brasileira. É nesse quadro situacional que se abordam dois casos concretos: o primeiro, a resistência das mulheres da Vila Autódromo frente à crescente especulação imobiliária na região, potencializada pelos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro; o segundo, a resistência das mulheres nos transportes urbanos, tanto na luta contra o assédio, como na produção de alternativas à *uberização* do trabalho.

Por fim, nas considerações finais, conclui-se que o que está em pauta no conflito capital vs. vida, no urbano brasileiro, é a disputa sobre quem tem direito a interferir sobre a cidade, visualizando-se que a teoria feminista apresenta pistas para a construção de uma outra urbanização, colocando a socialização do cuidado como elemento central da organização das cidades, em lugar da acumulação de excedentes.

1. URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO

A cidade, etimologicamente, tem origem na “*polis*” grega, significando centro político. Remete, também, a “*civis*” ou “*civitas*”, termos derivados do latim e que carregam o sentido da cidadania, civilização. Ainda do latim, resgata-se a ideia de “*urbe*”, que remete à cidade-império de Roma, a qual representa o local que exerceu indubitável centralidade. Assim, a cidade é, por natureza e definição, uma localidade central (SOUZA, 2013).

Cabe afirmar que as relações de interação entre campo e cidade são o que definem a urbanização. Conforme Montemor (2006), aportes da economia política podem iluminar esta concepção. O primeiro deles remete à diferenciação entre atividades econômicas nos distintos espaços. Enquanto na cidade predominam os setores secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços) da produção, no campo predomina o setor primário, de produção agrícola, sugestionando a dessemelhante capacidade de conceber e produzir riquezas mediante o grau de incorporação de tecnologia nos dois espaços. Essa distinção também se revela pelo segundo aporte essencial, o uso díspar do solo: no campo, o solo é usado para a produção de valor, para o trabalho propriamente dito, ao passo que, na cidade, esse solo serve de suporte para a geração de valor, sua fertilidade é indiferente (SOUZA, 2013).

É fato que, pela crescente centralidade exercida pelas cidades, a relação entre estes elementos é cada vez mais porosa, pois o campo também incorpora tecnologia e características citadinas, mesmo que idealizadas. A cidade atrai fluxos de pessoas e capitais de tal forma que “implode” e “explode”, espalhando a urbanização e seus valores; ela é “primordial e essencialmente, um local de mercado” (Ibidem, p.25). Há a impressão de que o mercado irá prover tudo, como água, energia, alimentos e que tudo isso chega pronto, embalado ou encanado, sem passar por uma série de processos que envolvem a natureza e o trabalho de homens e mulheres. Nas cidades, a vida é mercantilizada de tal forma que elas próprias se tornam também mercadorias (MORENO, 2015). Isto é: seu solo, seus instrumentos, caminhos e locais de parada vão também sendo dotados de valor de troca, passíveis a apropriação dos distintos agentes que a produzem – e, neste caso, a consomem – enquanto espaço.

A cidade garante competição e cooperação, sobretudo a partir do aprofundamento da divisão social do trabalho. O campo também tem relações de competição e cooperação, mas a diferença do caráter destas relações se encontra no terceiro elemento definidor: grosso modo, é na cidade que se localiza o centro de comando, tanto político quanto econômico, destas mesmas relações, cabendo ao campo produzir e executar o que lhe é comandado (SOUZA, 2013). Entretanto, não significa que no campo não haja relações de poder, o solo no campo também é mercadoria e propriedade privada, onde há exploração do trabalho e mais-valia, além de cercamentos, expulsões e reorganização do território a partir de estruturas de poder econômico, o que, aliás, culmina na migração em massa para as cidades.

O quarto e último elemento definidor, na leitura de Montemor (2006), corresponde ao porte demográfico. Este elemento é bastante relativo por não ser algo estático, contudo é impossível ignorar o poder de atração e centralidade exercido pelas cidades, que concentram não apenas o maior fluxo de bens, capitais e serviços, mas também o maior fluxo de pessoas como consequência, seja para ter mais acesso a lazer, emprego, educação ou saúde, seja na tentativa de encontrar alternativas para a vida no campo (como no caso das expulsões, por exemplo).

Esta breve contextualização é a base teórica utilizada para compreender a urbanização e o acúmulo de capitais, destrinchada na subseção seguinte, a fim de chegar à análise desta relação no capitalismo contemporâneo, conforme será apresentado no decorrer do capítulo.

1.1 Urbanização e acumulação de capitais

À luz da evolução histórica do regime do capital, as cidades eram centros políticos, militares e culturais (locais de encontros e festas). Representavam um contingente muito pequeno de pessoas e relações de produção em comparação ao campo, lugar de uma produção agrícola assentada em incipiente divisão social do trabalho. Esta relação cidade-campo caracterizava o sistema econômico enquanto predominantemente rural, tendo nas terras o principal símbolo de riqueza e poder da aristocracia. O campo era, até tal momento, o principal lócus produtor de excedentes.

Desde então, a relação das cidades com o excedente é explícita. Se o excedente é o que é produzido além do necessário – seja na teoria marxista, que coloca o excedente como o trabalho realizado que não retornará ao trabalhador, seja na clássica, onde o excedente é a parte produzida para além do que lhe é útil consumir –, o excedente só faz sentido na dinâmica capitalista se representar valor de troca: ou a troca pelo trabalho, ou a troca por algo que consolide a posição de poder ou riqueza.

Foi o desenvolvimento da cidade enquanto local de comércio (e troca) que a tornou essencial para o crescimento da produção de excedente no campo e, portanto, para o próprio regime de acumulação. O alcance citadino de comercialização abrange outras regiões do mundo, extrovertendo e, ao mesmo tempo, introvertendo o sentido da materialização do poder e da riqueza contido nas mercadorias transacionadas. Assim, origina-se uma nova classe, a burguesia mercantil, e a cidade passa a ser marcada também pelo seu papel comercial. A própria teoria clássica aponta a importância dessa relação comercial para a subsunção da cidade sobre o campo:

Afastando as bocas desnecessárias, e exigindo do agricultor o valor pleno que podia ser auferido da terra, o proprietário conseguiu obter um excedente maior da produção – vale dizer, o preço de um excedente maior – e, para gastar a renda equivalente desse novo acréscimo de produção, os comerciantes e manufatores passam a fornecer novos produtos ao proprietário. (SMITH, 1983, p. 350).

Montemor (2006) vai caracterizar o surgimento da classe mercantil da seguinte maneira:

Localmente, exige uma estrutura de poder sustentada pela extração de um excedente regular da produção situada no campo. Assim, a cidade faz emergir uma classe dominante que extrai e controla esse excedente coletivo mediante processos ideológicos, acompanhados, certamente, do uso da força. (MONTEMOR, 2006, p. 11).

Porém, a inflexão para o desenvolvimento do capitalismo mercantil não é natural, ao contrário, o uso o uso da força é um elemento central. Conforme Marx, o capitalismo se origina “escorrendo sangue sujeira dos pés à cabeça” (2006, r. i, p. 950 apud FEDERICI 2017, p. 120). Diversos processos violentos foram postos em prática: nas Américas, assassinatos e sujeição dos povos originários; em África, tráfico de pessoas escravizadas para diversos lugares do mundo, sobretudo para as Américas; na Europa, encarceramento de mendigos, caça às bruxas e cercamentos, para construir o valor do trabalho, coibir o poder das mulheres e expulsar trabalhadores do meio rural,

respectivamente. O trabalho assalariado forçado também foi uma marca desta transição. Dessa maneira, a violência e as hierarquias raciais e de gênero foram fundamentais para o surgimento do capitalismo e da urbanização (FEDERICI, 2017).

Em seu caminho, no mínimo, conturbado, a urbanização é uma representação do aprofundamento da divisão social do trabalho. Ao passo que as cidades vão exercendo centralidade no papel de circulação de mercadorias, somado ao seu papel político, tornam-se também local de produção. O domínio técnico subjacente é disseminado, a princípio, pelas guildas que, lentamente, serão substituídas pelas indústrias, dando origem à cidade industrial, iniciando o processo que hoje entendemos por urbanização (HOBSBAWM, SD).

Pode-se afirmar que a revolução industrial desencadeou as bases fundamentais do capitalismo, da produção ampliada de riquezas e das cidades contemporâneas. Como apresenta Hobsbawm, “a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante e até o presente ilimitada de homens, mercadorias e serviços” (HOBSBAWM, SD, p.37). Um dos fatores essenciais para o sucesso da industrialização foi, sem dúvidas, a locomoção em massa de trabalhadores rurais para as cidades inglesas, impulsionada pelo “Movimento das Cercas” dos grandes produtores agrícolas.

As mulheres – embora houvessem sido, historicamente, responsáveis pela transição do nomadismo para o sedentarismo, avanço que teve na prática agrícola importante impulso – tiveram a vida especialmente prejudicada pelos cercamentos e fim das terras comunais, pois eram mais dependentes delas para a subsistência, tendo em vista seu menor prestígio social. Não à toa, mobilizaram importantes processos de resistência, como mobilizações exclusivamente femininas para derrubar as cercas de antigos campos comuns na Inglaterra (Ibidem).

A saída do campo representa o fim de uma economia de subsistência para os trabalhadores e os insere na lógica capitalista e assalariada do trabalho. Outra importante consequência é a separação das esferas de produção e reprodução. No novo período onde o trabalho produtivo torna-se o único digno de valor, as mulheres são responsabilizadas pela reprodução da vida, como se isso fosse uma “vocação natural” (FEDERICI, 2017, p.

145). Para garantir essa função, foi necessária a proibição ou desvalorização do trabalho assalariado feminino que, quando possível, representavam uma parcela ínfima do salário masculino, reposicionando as mulheres com relação aos homens na sociedade capitalista daí em diante e, ainda assim, garantindo a reprodução de trabalhadores saudáveis e exploráveis sem qualquer custo a mais para o Estado ou as indústrias.

Considerava-se trabalho e produção de valor apenas as atividades realizadas diretamente para o mercado, invisibilizando o trabalho reprodutivo e tornando-o uma tarefa essencialmente feminina. Assim, “as mulheres sofreram um processo excepcional de degradação social que foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então” (Ibidem, p. 146).

Em menos de um século, a Inglaterra – com sua crescente produção de algodão a partir da invenção da máquina a vapor (e seus desdobramentos) – impulsionou uma verdadeira revolução, isto é, uma profunda transformação na ordem social e no regime de acumulação. Vale destacar marcos importantes deste novo mundo: além da indústria e da urbanização, as ferrovias¹ (que revolucionaram os transportes e a exportação), a *Poor Law*² (que representa os primeiros passos dos direitos sociais, necessários e reivindicados no período que segue) e, um elemento menos considerado, mas não menos importante, que era a maioria gritante de mulheres nas fábricas entre 1834-47³, devido à desvalorização estrutural de seus salários, colocando-as na base da exploração.

Este processo de industrialização trouxe consigo novas antíteses sociais, nucleadas pela burguesia industrial e pela classe trabalhadora. Aqui, o campo, outrora autossuficiente, já depende das cidades para aumentar sua produção (com a aquisição de progresso técnico incorporado em máquinas, equipamentos etc.), para escoar seus produtos e até mesmo para ter acesso a variados tipos de alimentos. Isto marca a virada total da hegemonia da cidade com relação ao campo.

Em resumo, é possível afirmar que a urbanização enquanto conceito é produto da interação processual entre campo e cidade, ou seja, a interação entre a cidade e sua

¹ Ver HOBBSAWM, E. A Era das Revoluções, capítulo 2, IV.

² Ver MARSHALL, T. H. "Cidadania e Classe Social", p. 70-72.

³ Descrito na obra A Era das Revoluções, de Eric Hobsbawm, no capítulo 2, página 58.

hinterlândia (não apenas aquela que lhe é contígua) é o que a define. E é a dinâmica da acumulação que consolida a cidade enquanto lugar da política, da cidadania e da troca, pela interação e pela capacidade que ela tem de centralizar e realizar o excedente, transformar o valor em lucro. Em outras palavras, a cidade é, sob a urbanização, centrípeta.

Se nos países do Norte global a industrialização representa a virada hegemônica da cidade sobre o campo, mormente no que se refere à produção e absorção de riquezas, a partir do Século XVIII, nas periferias do mundo capitalista, este processo foi muito diferente. É sabido que mesmo a indústria inglesa de algodão (ponteira do mundo na industrialização) se consolidou de fato, a partir de 1830 (HOBSBAWM, SD). Certamente, a maior parte da Europa deu passos mais lentos que esses. Entretanto, na América Latina e outras economias periféricas, este hiato foi de mais de um século.

A condição do chamado “subdesenvolvimento” desses países se dá por sua situação de dominação e dependência, assim, a expansão urbana seguiu este mesmo caminho, de forma profundamente assimétrica, típica de interdependência do sistema de produção capitalista, tanto o mercantil, quanto o industrial (CASTELLS, 2014). Isto é, a urbanização nas periferias do mundo se dará a partir de relações políticas e econômicas do mercado internacional e dos países do centro global – a partir da revolução industrial, sobretudo da Inglaterra (Ibidem).

O caso brasileiro demonstra bem a diferença dos processos. O Brasil, como a maioria das economias periféricas globais, localiza-se na divisão internacional do trabalho como um país primário-exportador, ou, nas palavras de Conde de Afonso Celso, “um país essencialmente agrícola”. Entre a segunda metade do Século XVIII e meados do Século XIX, considerado o período de Revolução Industrial no Norte Global, o Brasil iniciou como colônia portuguesa, viveu a queda da produção açucareira, ascensão, auge e queda da extração aurífera, independência nacional e ascensão da produção cafeeira (ALCOFORADO, 2003). Transformações importantes na história nacional, mas ainda muito distantes de qualquer indício de industrialização ou virada do urbano sobre o rural no país (por mais que as cidades já fossem uma representação de poder e riqueza para as elites brasileiras). De fato, o Brasil viveu o que Castells chamará de “deslocamento da supremacia ibérica para a inglesa” (2014, p. 62) em sua posição de dominada e

dependente. Sob os interesses do novo dominante, as cidades – quase sempre localizadas no litoral – eram essenciais para o escoamento dos produtos primários para o exterior.

O processo que Milton Santos vai chamar de urbanização tardia (SANTOS, 1993) só se intensifica no Brasil na primeira metade do Século XX, sobretudo a partir de uma política de Estado de impulsionar a industrialização inaugurada pela Era Vargas na década de 30:

Pela Revolução de 1930, o padrão de riqueza ancorado nas antigas oligarquias agraristas exportadoras sofreu profunda inflexão, suficiente para determinar a transição para a nova sociedade urbana e industrial. O papel do Estado novamente se apresentou fundamental para potencializar tanto a industrialização nacional como a urbanização, fontes principais de ricos e poderosos entre as décadas de 1930 e 1980. (Pochmann, Moraes, 2019, p. 60).

Isso vai resultar na seguinte transformação na dinâmica das cidades:

Se o índice de urbanização pouco se alterou entre o fim do período colonial até o final do século 19 e cresceu menos de quatro pontos nos trinta anos entre 1890 e 1920 (passando de 8,8% a 10,7%), foram necessários apenas vinte anos, entre 1920 e 1940, para que essa taxa triplicasse passando a 31,24%. A população concentrada em cidades passa de 4.552.00 pessoas em 1920 para 6.208.299 em 1940. (SANTOS, 1993, p. 22).

Todavia, diferentemente do caso Inglês, a migração para as cidades, mesmo que concomitante à industrialização brasileira, não correspondeu a um aumento da empregabilidade na indústria, mas a um desmonte da sociedade rural e a busca por novas condições de trabalho e vida, o que materializará a busca por oportunidades no setor de serviços (terciário).

1.2 A urbanização no capitalismo contemporâneo

Fica explícito que as interações e os fluxos definem a lógica da urbanização e que os fluxos de capital e bens de produção são determinantes para desencadear transformações territoriais e sociais. Com “os grilhões do poder produtivo” devidamente retirados, uma série de novos elementos passou a modificar a dinâmica das cidades: o uso generalizado da energia elétrica nos centros urbanos, uma maior diversidade de meios de transporte coletivos e particulares (como trens, bondes e automóveis), a ocupação da indústria e das cadeias de produção pelos territórios e o avanço da construção civil, a partir da verticalização e da velocidade acelerada para levantar moradias, contribuíram para desencadear uma crescente aglomeração urbanizada (CASTELLS, 2014).

Vale ressaltar, conforme Castells, que:

(...)“la técnica” no es en absoluto un simple factor, sino un elemento del conjunto de las fuerzas productivas, las cuales son ante todo, una relación social que comportan, por tanto, también un modo cultural de utilización de los medios de trabajo. Esta conexión entre espacio y tecnología es, pues, el lazo material más inmediato de una profunda articulación existente entre el conjunto de una determinada estructura social y esta nueva forma urbana. La dispersión urbana y la constitución de las zona-metropolitanas están estrechamente ligadas al tipo social de capitalismo avanzado, que recibe en general la denominación ideológica de “sociedad de masas”. (Ibidem, p. 31).

Por assim dizer, a transformação das relações de produção e sua expansão nas relações sociais permitem que a lógica produtiva transpasse diversas esferas da vida (SANTOS, 2001). A ascensão do capitalismo monopolista, ao penetrar a dinâmica cotidiana da vida nos territórios, desencadeia “um modelo de organização social baseado no consumo em massa e na propriedade, em que a posse de terras privadas, carros privados e o uso de energia ditavam o status social” (GUIMARÃES, 2017, p. 24).

Importante versar que com a incorporação tecnológica ao padrão dos bens de consumo, associada à internacionalização do *american way of life*, há uma relação direta com a valorização da família (HAYDEN, 1980; Castells, 2014), deste que fosse composta por um homem e uma mulher e esta realizasse um papel de “empregada” (HAYDEN, 1980, p. 172). Deste modo, ao passo que mulheres iam sendo incorporadas cada vez mais ao mercado de trabalho, as organizações social e espacial iam se desenhando no sentido contrário, de estimular as mulheres ao trabalho doméstico (Ibidem; GUIMARÃES, 2017).

A modernização do capitalismo e a transformações dos fluxos que garantem produção e reprodução social modificaram as formas de vivenciar o espaço e o tempo nos territórios, no sentido de fragmentar as relações espaciais e acelerar o tempo. Essas novas experiências de organização do capital, do trabalho e da sociabilidade criaram “novas modalidades de representação” a partir dos novos usos e construções “da terra, de transporte e comunicação, de organização territorial” (HARVEY, 1992, p. 203).

Neste sentido, estas mutações nas estruturas sociais, econômicas e culturais, juntamente com outros elementos não menos importantes, como a relevância atribuída

aos meios de comunicação de massas na difusão de novos “*anclajes socio-existenciales*”⁴, tais quais a valorização da família – composta por um homem provedor e uma mulher responsável pelas tarefas reprodutivas (KERGOAT, HIRATA, 2007) – e um maior grau de importância para a dimensão individual, foram construindo as bases para a inflexão socio-econômica rumo ao neoliberalismo que sucederia ao final do século XX, pois, conforme Harvey (1992, p. 7), “a mudança das formas culturais apresenta-se necessária para a “a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo”.

Desta vez a inflexão será representada pela globalização sob dominância da finança e, sobretudo, pela financeirização (GASPAR, 2011):

um padrão de acumulação em que a lucratividade ocorre através de canais financeiros (e não apenas por meio da produção e realização de mercadorias), confere função histórica a um conjunto de novos agentes (bancos, empresas de securitização, fundos de investimentos etc.), novas ferramentas de investimento (tal como ações e títulos securitizados, por exemplo) e a crescente captura do Estado e dos mais distintos setores da economia. (ABREU, 2019, p. 37).

A transição para o novo regime de acumulação se deu alguns séculos depois da virada hegemônica da cidade sobre o campo no norte global, mas apenas a algumas décadas deste fenômeno no Brasil. Assim, a inserção periférica brasileira na divisão internacional do trabalho revela a permanência do traço primário-exportador no novo regime, tendo em vista que “as relações que se estabelecem entre esses dois tipos de sociedades⁵ envolvem formas de dependência que tendem a autoperpetuar-se.” (FURTADO, 2003, p. 88).

Para compreender este processo de financeirização ilustrado na prática, é preciso estar a par de alguns conceitos econômicos: o primeiro é o de capital portador de juros. Pode-se dizer, segundo Oliveira (2018, p. 54), que “a autonomização proporcionada pela função reserva de valor da moeda, a condição de equivalente geral que o dinheiro exerce

⁴ Conceito a partir de Kathya Araujo, que diz respeito aos elementos usados pelos indivíduos para sustenta-los e construir formas de vínculo com o meio social, como formas de projeção de si mesmos. Apesar dessa interferência na subjetividade, estas “*anclajes socio-existenciales* não são individuais, mas “*productos histórico-sociales, de uso colectivo, socialmente operantes e individualmente activos*” (ARAUJO, 2018). Ver mais em: ARAUJO, Kathya. Los anclajes socio-existenciales: El caso de las expectativas de futuro. *Dados*, v. 61, n. 2, p. 341-371, 2018.

⁵ Pelos dois tipos de sociedades, entenda-se, conforme o autor, o desenvolvido e o subdesenvolvido, sendo este um produto daquele.

na circulação e o valor de uso que possui como capital lhe atribuem a faculdade essencial de valorizar-se a si mesmo”, o que significa que todo capital é portador de juros, já que o capital é passível de gerar mais capital, e o seu valor de troca se dá na forma de juros. Sob a financeirização, o capital portador de juros vai subsumindo todas as outras formas parciais de capital.

O segundo conceito é o de capital financeiro, um tipo histórico (temporal) de manifestação do capital que corresponde a uma fusão do capital industrial com o capital bancário. Sua manifestação se dá pela primeira vez a partir do modelo de tomada de crédito por parte das indústrias para sua expansão no final do século XIX. O capital financeiro se expressa nos territórios e, sobretudo, nas cidades.

Conforme Hilferding (1985, p. 283):

O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário, antes separados, encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos.

Esta análise de Hilferding se dá ainda ao fim do século XIX, quando o processo de acumulação vai aprofundando a divisão do trabalho como forma de extrair mais valor. Para tanto, era necessário ampliar a produção, sendo indispensável que as indústrias não dependessem apenas da própria capacidade de gerar valor. Por isso, o crédito assumiu papel central para as relações entre bancos, indústrias e Estados-Nacionais, visto que “se tornara o único elo supranacional entre o governo político e esforço industrial numa economia mundial em rápido crescimento” (POLANYI, 1980, p. 24-25).

Desde então, até os anos de 1970, o crédito esteve muito ligado à produção fordista, regime ainda hegemônico da acumulação, notadamente à extensividade internacional que possuía e que Lênin denominou de imperialismo, por compreender que o capital excedente de certos países é enviado a outros, uma internacionalização que institui um sentido desigual e combinado de acumulação e desenvolvimento (TROTSKY, 1978).

Com a neoliberalização, desencadeada no fim da década de 1970, a intencional sobrevalorização do dólar (FIORI, 2000) gerou uma enorme fuga do capital de todo o mundo rumo aos Estados Unidos, na esteira da política de elevação unilateral da taxa de

juros norte-americana, que quebrou diversos países e endividou muitos outros com os fundos internacionais. Este marco caracteriza a hegemonia do regime de acumulação financeirizado, flexível e adaptável, também marcado por um processo de transformação sistêmica de mercadorias em ativos financeiros (BRENNER, PECK, THEODORE, 2012).

Desta maneira, a economia estadunidense posiciona-se de forma extremamente vantajosa no cenário global, “ditando as regras do jogo”. Este poder se estende também politicamente com manifestações acentuadas nas economias periféricas, mas não limitando-se a elas. E, como consequência da neoliberalização, há “uma acelerada concentração de capital, na forma de associações estratégicas e fusões gigantescas, sobretudo no campo das finanças, da indústria bélica e das tecnologias de ponta, como no caso das telecomunicações e da informática” (FIORI, 2020).

A subsunção da divisão internacional do trabalho, à financeirização não alterou significativamente as relações centro-periferia. De fato, houve uma intensificação da quantidade de trabalho produzido e uma profunda modificação em seu formato nas realidades subdesenvolvidas. Embora exista uma crise do trabalho ao redor do mundo no tempo presente, há uma crescente da força de trabalho nos últimos anos (em números globais, a força assalariada no momento está em torno de 3,3 bilhões de pessoas, conforme a OIT⁶), sobretudo, devido à incorporação formal das mulheres, que hoje representam 40% da força de trabalho mundial (ANTUNES, ALVES, 2004), mas também por outros fatores, como a dissolução da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do reposicionamento da China em escala global.

Tal reorganização da divisão internacional do trabalho recai também sobre o trabalho reprodutivo. Quando as mulheres dos países do Norte Global estão inseridas no mercado de trabalho com altos salários e carreiras cada vez mais estruturadas, há um movimento de delegação deste trabalho a outras mulheres, geralmente imigrantes do Sul global, que vão em busca de melhores condições de vida (KERGOAT, HIRATA, 2007).

Para adaptar-se às novas demandas e dinâmicas de produção de capital, países periféricos passam a adotar políticas de austeridade sob determinações internacionais

⁶ Dados disponíveis em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/02/13/mais-de-60-dos-trabalhadores-estao-no-mercado-informal-diz-oit.ghtml>

(FREITAS, 2020). Como uma das principais formas de atração de grandes empresas é a mão de obra a baixos custos, a legislação vai sendo transformada em prol destes interesses, como aponta a resolução da *Confederación Sindical de Las Américas – CSA*:

Trabalhar na América Latina significa pertencer a um coletivo de milhões de pessoas com características, sem dúvida, muito diversas, porém com inúmeras realidades em comum, entre elas o agravamento acelerado das condições de trabalho. Diariamente aumenta a informalidade, a incidência de salários baixos, jornadas extraordinárias ou não remuneradas, a insuportável imposição de produção mínima, a discriminação de gênero ou etnia no local de trabalho, as demissões sem justa causa, o trabalho informal à distância, a violência durante a jornada de trabalho, a restrição de direitos fundamentais, as condições insalubres e perigosas de trabalho, a subcontratação de oficinas de trabalho clandestinas, a punição por sindicalizar-se, as demissões por participar de greves ou a impossibilidade de negociar acordos coletivos (CSA, 2018, p.6).

As flexibilizações podem facilitar demissões e contratações, aumentar ou flexibilizar jornadas de trabalho, ampliar a terceirização, incentivar contratos temporários e outros modelos menos rígidos de emprego, dentre outras possibilidades (FREITAS, 2020). A Reforma Trabalhista aprovada no Brasil em 2017 (Lei 13.467/2017) é um exemplo de afrouxamento da legislação neste sentido, pois torna regular um trabalho mais precário que o modelo anterior (FARIA, MORENO, 2017).

Estas, contudo, não são as únicas políticas executadas. Há também incentivos fiscais e mudanças nas legislações ambientais (FREITAS, 2020), além de outras políticas de austeridade, como a redução do investimento em educação e saúde, dentre outros gastos públicos, numa ideia de redução do Estado (FARIA, MORENO, 2017), a exemplo da Emenda Constitucional 95, que limita os gastos públicos brasileiros desde 2016⁷. Uma das principais consequências da ausência do poder público no cuidado das pessoas é o aumento do trabalho doméstico das mulheres, seja gratuito, seja nos parâmetros da flexibilização, com longas jornadas e baixos salários (Ibidem).

Sabe-se, conforme Marx, que o produto social é medido pela soma entre capital circulante (trabalho morto), capital variável (trabalho pago, parte repassada aos trabalhadores) e mais valia, sendo a mais-valia (base do excedente) o trabalho não pago. Isto posto, podemos chegar à conclusão de que a crescente de trabalhadores e trabalhadoras nos postos de trabalho resulta em mais extração de mais-valia e, conseqüentemente, mais excedente. É o que explica a fórmula marxista de obtenção de

⁷ Texto completo da emenda disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

mais valor ($D - M - D'$, onde a incorporação do trabalho ao capital gera mais capital) (SABADINI, 2013).

É importante considerar que há uma crise econômica internacional desde a década de 1970 que, entre altos e baixos, vem se acentuando desde 2008 (HARVEY, 2011). Hoje já existe uma dívida pública que equivale a 25% deste PMB⁸, a qual possui papel central na dinâmica financeirizada, pois é o modo de inserir também a economia dos países (e das cidades) no mercado de ativos e impulsionar a tomada de políticas de austeridade pelo poder público.

Os detentores de títulos da dívida têm influência direta no controle da inflação e indireta na emissão de moeda (a desvalorização da moeda pode culminar em fuga de capital), ou seja, os financistas detentores de títulos têm um poder fortíssimo nas relações internas dos Estados-Nacionais. Poderíamos dizer que estes financistas possuem a crise no bolso, ou na conta. (HARVEY, 2014). Neste cenário, o conceito de capital fictício torna-se crucial, tendo em vista que este é a materialização do descolamento da riqueza real, deriva da possibilidade de transferência da propriedade do dinheiro e da expectativa de recebê-lo por meio de títulos, e diz respeito à urgência do retorno do capital cedido por meio de crédito:

este capital fictício é definido como capital que tem valor monetário nominal e existência como papel, mas que, num dado momento do tempo, não tem lastro em termos de atividade produtiva real ou de ativos físicos. O capital fictício é convertido em capital real na medida em que são feitos investimentos que levem a um aumento apropriado em ativos úteis (por exemplo, instalações e equipamentos que possam ter emprego lucrativo) ou mercadorias úteis (bens e serviços que possam ser vendidos com lucro). (HARVEY, 1996, p. 171).

Por assim dizer, a grande marca da financeirização é a possibilidade de tangenciar a produção (e o trabalho) para a acumulação, alterando a clássica fórmula marxista $D - M - D'$ para $D - D'$ (SABADINI, 2013). Deste modo, a financeirização se torna uma “particular orientação do processo de acumulação capitalista que reconfigura a economia global” (BORSARI, 2020, p.3). Modificam-se profundamente as estruturas dos mercados (dada a orientação hegemônica de acumulação), dos Estados (com destaque ao papel da dívida pública como manutenção do fluxo de juros), do mercado de trabalho (com

⁸ Para melhor visualizar a relação PIB e Dívida dos países, acessar: <https://pt.countryeconomy.com/paises/grupos/fmi> (Acesso em: 06/10/2021)

redução de salários e perda de direitos), das sociabilidades e da ocupação territorial (CHESNAIS, 2014).

Esta reorganização do capital gera um reescalonamento geográfico que tem a escala global agora como principal, ou seja, os territórios passam a estar inseridos, quase que em sua totalidade (de forma mais ou menos intensa), na lógica ecumênica da finança. Milton Santos (1994) alerta que a contemporaneidade se caracteriza pelos ditames técnico-científico-informacionais, consequência não apenas das mudanças econômicas, mas também de um crescente desenvolvimento da tecnologia que vai encurtando distâncias e acelerando o tempo, inclusive a velocidade de circulação de informações e, obviamente, de dinheiro.

Um dos resultados disso é o desencadeamento de um processo de urbanização financeirizada, para o qual dois fatores têm sido estruturantes. O primeiro deles é, decerto, o prosseguimento do êxodo rural e da atratividade centrípeta das cidades; o segundo é a transformação e contínua adaptação do espaço urbano para torná-lo funcional à absorção e escoamento de excedentes.

As cidades recebem estímulos diversos desta aceleração temporal e deste capital flexível (com rápida facilidade de adaptação). Estes estímulos e esta flexibilidade abrangem o espaço urbano de diversas maneiras: as mais estudadas são a especulação imobiliária e os efeitos sobre o aprofundamento da divisão social do trabalho e, por conseguinte, na empregabilidade da população, gerando o aprofundamento das desigualdades (SABADINI, 2013).

Nas cidades, isso se materializa sob forma do contraste entre os espaços e pessoas privilegiados e os que passam a ser devastados por este novo sistema, que se soma aos padrões de exploração anteriores, tendo em vista que o capitalismo se desenvolve em estrita continuidade com o passado (GOTTDIENER, 1993). Além disso, as cidades também ganham novo grau de importância global frente à nova dinâmica de acumulação e organização social (GASPAR, 2011).

Ou seja, relações que, a princípio, podem parecer abstratas, estão totalmente associadas com as condições de vida e de reprodução da vida cotidiana. As cidades, agora reescaladas na dinâmica internacional, tornam-se palco do reencaixe do poder público

perante o setor privado e das respostas de uma sociedade que sofre as consequências do novo modelo social, com destaque para as mulheres, figuras centrais na garantia da acumulação de excedentes. É este conflito entre agentes sociais sob a financeirização que será abordado nos capítulos seguintes.

2. FINANCEIRIZAÇÃO, OCUPAÇÃO E USO DO ESPAÇO URBANO

Se o objetivo principal do sistema capitalista é a acumulação, e este sistema tem sua evolução intimamente ligada à urbanização, é possível concluir que as cidades e o espaço urbano são constantemente recriados para garantir a acumulação de capital. Isso porque para haver fluxos de capital é necessário haver uma produção do espaço propícia a tal, tendo em vista que a acumulação possui um caráter geográfico e temporal. (HARVEY, 1989; LOPES, GALINO, 2017).

As cidades ganham cada vez mais centralidade porque, por mais que parte do excedente seja reinvestido na produção industrial (ou circuito primário do capital), sob a financeirização há perda de ingerência do setor produtivo sobre ele. O circuito secundário passa a ter outro nível de importância, expresso no ambiente produzido para os fluxos de capital, seja garantindo a produção espacial (estradas e moradia para os trabalhadores), seja proporcionando a criação de excedentes, no caso das transformações urbanas para turismo e megaeventos, por exemplo. Dessa forma, não apenas evita-se a tendência de crise capitalista, como também se torna possível garantir ainda mais retorno financeiro (Ibidem).

Todavia, é evidente que transformações tão profundas impactam o espaço e toda a sociedade que nele produz renda e reproduz a vida. Assim, para que tais transformações sejam possíveis, é necessário que o Estado se posicione de alguma maneira, ou de várias, tendo em vista as dimensões nacional, estadual e municipal. Na financeirização tanto os mercados estão em constante busca para escoar o excedente como os Estados estão em permanente tentativa de absorção de capital, já que precisam competir entre si por investimentos e recursos (HARVEY, 1989; HARVEY, 2011; LOPES, GALINO, 2017).

O papel de mediador das necessidades e conflitos sociais dá lugar à necessidade de criar um ambiente propício à acumulação e atração de fluxos de capital. “A nova ordem contrapõe a flexibilidade na produção, no trabalho, no consumo e, com ela, a quebra do Estado-providência, da organização sindical, do pleno emprego, enfim, da certeza individual e familiar sobre o futuro” (MARICATO, 2000, p. 129). Para garantir recursos, o Estado passa a funcionar numa lógica intimamente ligada à do mercado, em cujo centro decisório estão o lucro e a tarefa de proteger e beneficiar a parcela mais economicamente poderosa (GOTTDIENER, 1993).

O endividamento das nações, a venda de títulos do tesouro e a permanente necessidade de atração de investimentos, casados a políticas financeiras internacionais como as determinações do Banco Mundial e do Consenso de Washington, impõem – sobretudo aos países periféricos – uma ideologia de Estado reduzido, mas somente em teoria. Na prática, é essencial uma atuação pública ativa, em todas as suas esferas (nacional, estadual e municipal), a garantir a soberania e a primazia do mercado (Ibidem), principalmente às empresas transnacionais e ao poder corporativo (MANDEL, 1975).

Como agentes centrais, as grandes corporações crescem de tal maneira que se tornam mais poderosas do que muitos Estados Nacionais, ainda mais diante de políticas reducionistas do papel e do tamanho da máquina pública. Não é coincidência que grande parte destas transnacionais possua seu centro de comando em poucas nações, enquanto transferem o chão de fábrica para as periferias, barateando custos e afastando as desagradáveis consequências ambientais, decorrência da incorporação de tecnologias pioneiras e de uma subdivisão da produção funcional à financeirização.

Graças aos fluxos de investimento, muitas dessas expressões de aprofundamento do abismo entre países centrais e periféricos se reproduzem inclusive dentro das cidades. (MARICATO, 2000; GOTTDIENER, 1993). A distribuição desigual dos investimentos e dos recursos fruto desse padrão de deslocamento dos fluxos de capital faz com que existam “muitas cidades em uma grande cidade” (MORENO, 2015, p. 43), enquanto em algumas regiões é possível contar com uma série de aparelhos públicos e privados, em outras predomina a lógica da exclusão. É certo que, na contemporaneidade, as relações entre Estado, Mercado e Sociedade são cada vez mais porosas; contudo, é possível fazer uma análise sobre a atuação e as posições destes setores no conflito do capital contra a vida, materializado na disputa dos rumos das cidades, e é sobre isso que nos debruçaremos a seguir.

2.1 Relação Estado-Mercado na produção espacial sob a financeirização

Pensar o espaço à luz da neoliberalização é pensá-lo sob a influência de um sistema global e multiescalar de produção, com impactos na economia e na sociedade, capitaneado por grandes corporações organizadas complexamente para garantir o resultado mais rentável possível, subdividindo-se ao redor do mundo. É claro que nada disso seria possível sem empresas locais, escritórios de advocacia, empreendimentos de

consultoria e outros “peixes menores” que se alimentam dos rastros dos grandes tubarões da economia, viabilizando sua atuação no território. Todavia, é cada vez mais essa escala global que gere os recursos e a protagoniza este momento de “maior impacto fiscalista sobre o design espacial” (GOTTDIENER, 1993, p. 202), e é no espaço urbano que se materializam esses impactos – até porque são os municípios os maiores dependentes desse investimento – e a riqueza socialmente produzida é distribuída.

Maricato especifica dizendo que, “no caso brasileiro, a condição pós-moderna se articula à rede de relações atrasadas: os yuppies do mercado financeiro convivem com os coronéis regionais. Nas cidades a estética pós-moderna, com os velhos empreiteiros corruptos de sempre” (MARICATO, 2000, p. 168).

Além de uma estrutura de mercado que afeta toda a vida e a organização social, é visível a formação de uma cidade mercado, de escritórios luxuosos, câmeras nas ruas e outros processos de informatização urbana, megaeventos, grandes obras e um grande poder da especulação imobiliária, e do setor da propriedade articulado ao capital financeiro. (GOTTDIENER, 1993). São muitos os agentes capitalistas (ou frações do capital) com poder de intervenção sobre o território, e não necessariamente eles atuam no mesmo sentido sempre. Embora converjam em muitos interesses, há casos em que as frações conflitam entre si, um caso especial é o da produção do espaço, onde esses setores disputam, seja pela ideologia do crescimento, ou no crédito para moradia, isto é, esses conflitos também produzem o território (Ibidem).

Um dos fatores que tornam esses territórios competitivos é a própria dinâmica de desenvolvimento desigual das nações, pois é nas periferias globais que estarão os menores custos de mão de obra e infraestrutura. Outro fator não menos importante é, tendo em vista a capacidade de intervenção sobre nações menos poderosas por parte de grandes corporações, a maior facilidade de dominação do território. O padrão de atuação de diversas transnacionais industriais sobre o território é devastador (FARIA, MORENO, 2020), sem vantagens para a população além da possibilidade de obtenção de empregos (quase sempre masculinos), numa realidade de desmonte de direitos e redução da empregabilidade (como é o caso do Brasil). Esses territórios devastados ainda geram rendas fundiárias, pois a terra, bem finito, tem seus valores redefinidos em face de reconfigurações da urbanização (GOTTDIENER, 1993; MORENO, 2015).

Essa reurbanização traz consigo novos conflitos, envolvendo também a população local, que em nome de interesses econômicos, muitas vezes é expulsa do local em que vive. Para além da população, comércios locais e empresas menores também estão passíveis de sofrer tais consequências. Essa disputa gera a demanda de regulação dos mercados, de produção do crédito e das relações por parte do Estado. Contudo, se a expectativa é de um poder público como mediador de conflitos, a realidade é de uma atuação estatal quase sempre agindo em benefício dos setores mais poderosos em detrimento do conjunto da sociedade. (GOTTDIENER, 1993; MORENO, 2015).

Vai-se desenhando uma relação quase umbilical entre o Estado e o mercado perante o regime de acumulação, com algumas importantes atuações estatais:

está claro que a fusão dos interesses públicos com os privados ocorre nos seguintes aspectos: sistema de preços para produtos, especialmente na agricultura; salário mínimo e auxílios de desemprego para trabalhadores; uma ampla variedade de leis do Legislativo que protegem as atividades econômicas e ajudam a estruturar indústrias selecionadas, como da habitação e bancária; uma ampla variedade de programas que subsidiam a pesquisa científica e organizacional; vastos programas de gastos que envolvem projetos no ambiente construído ou sob auspícios diretos do Estado (...), ou sob os auspícios combinados entre o Estado e particulares, como a reurbanização; uma estrutura de taxaço de impostos que patrocina gastos em áreas escolhidas, como projetos habitacionais; (...) estruturaço de crédito, que encoraja altos níveis de consumo pessoal. E, finalmente, organismos nacionais de regulamentação e planejamento em todos os níveis do governo (GOTTDIENER, 1993, p. 203).

Apesar da virada neoliberal apontar a primazia do mercado, na prática Estados-Nacionais seguem sendo agentes geoeconômicos absolutamente relevantes, agindo a favor do mercado. A antiga busca por pleno emprego, típica dos Estados-Nacionais no período keynesiano-fordista, foi substituída por uma ideia de empresariamento estatal a fim de alcançar eficiência. Na prática, constituem-se Estados ativos na subserviência ao funcionamento do mercado (HARVEY, 1996). Isso se dá tanto no aspecto legislativo, com políticas de zoneamento e outras regulamentações, como no executivo, através de subsídios, créditos e investimentos em uma quantidade imensa de recursos nos projetos de “crescimento” das cidades, incentivada em todos os níveis de governo (GOTTDIENER, 1993).

Quão mais localizada é a observação, mais entrelaçada é a atuação dos setores público e privado, a exemplo dos municípios, onde até mesmo as pessoas que representam cada setor podem ser as mesmas. Os representantes do empresariado, do setor da

propriedade e das empreiteiras financiam campanhas eleitorais ou se tornam eles mesmos autoridades nas instâncias públicas, convertendo-se, diretamente, em interessados e beneficiados dos projetos de crescimento (Ibidem; MARICATO, 2000).

Assim, estruturas administrativas e econômicas são desenvolvidas para favorecer os mercados, a exemplo dos CEPACS (Certificados de Potencial Adicional de Construção), emitidos às grandes corporações para garantir seus lucros e a execução de uma série de obras de infraestrutura em detrimento de políticas públicas e outras necessidades sociais (MOROZOV, BRIA, 2020). Acontece que esses investimentos e obras não são distribuídos igualmente pela cidade, eles são concentrados em determinadas regiões que se tornam polos de crescimento, enquanto outras permanecem empobrecidas, acentuando as desigualdades (GOTTDIENER, 1993).

Esse modelo desigual de investimento é uma das características das gestões urbanas no Brasil. Maricato aponta isso como uma “tradição de investimento regressivo” (2000, p. 157). Em nome da ideologia do crescimento, ou de uma suposta eficiência econômica, a especulação imobiliária e os agentes financeiros são beneficiados, contrariando uma possível democratização desses recursos.

Um exemplo escancarado dessa produção de desigualdades é a cidade de São Paulo. Em 2000, Maricato apontou a região no entorno do Rio Pinheiros como menina dos olhos dos investimentos, ondem ficam “as sedes das grandes multinacionais ou empresas nacionais, como é o caso da mega-sede da Rede Globo de Comunicações” e “uma das maiores concentrações de helipontos do mundo” (p. 159). Em 2014, a Fundação Seade apontou que 49,3% dos investimentos para a cidade são para dois bairros nessa mesma região, com destaque para Itaim Bibi, que leva 39,9% do montante total de investimentos. E esses investimentos não são apenas privados, tais regiões também são o foco de uma série de aparelhos públicos, como o Parque do Povo, áreas de lazer e de prática de esportes e aparelhos culturais, isto no bairro dentre os dez com maior renda familiar média da cidade (R\$ 8.060,27 de acordo com o Censo do IBGE de 2010, último publicado).

Há uma política de exclusão que não é aleatória. Dois determinantes dessa segregação são a raça e o gênero. Usando ainda o exemplo de São Paulo, enquanto as mulheres negras são 19% da população paulistana, elas representam apenas 4,56% dos

habitantes de Itaim Bibi. A maior presença de mulheres negras na cidade é no Jardim Ângela, onde são 30,37% dos habitantes. Não é coincidência a presença desse distrito entre os dez de menor renda média da cidade (R\$ 2.813,27, também de acordo com o Censo de 2010), onde há escassez de aparelhos públicos. Isso evidencia, na prática, que o investimento estatal não vem sendo utilizado para reduzir desigualdades e cumprir seu caráter social, ignorando demandas reais e básicas da população que dele mais necessita. (SANTANA, MARIANO, 2015; MORENO, 2015; MARICATO, 2000).

A lógica da exclusão também está presente nos processos de reurbanização ou valorização de determinadas regiões. Como já dito anteriormente, a reurbanização quase sempre vem acompanhada de remoções, marca de um urbanismo que reafirma desigualdades e que se preocupa mais com a ordem mercantil-financeira do que com a vida concreta da população (MARICATO, 2000). Em geral, o processo de valorização se dá em locais onde outrora o Estado estava ausente na oferta de políticas e serviços, portanto lugares baratos, com uma população empobrecida. Porém, a partir das demandas da especulação imobiliária, essa realidade muda e, quase magicamente, o Estado faz-se presente, desta vez acompanhado do setor privado, sem deixar de cumprir seu papel de subsídios e regulamentador do crescimento. Assim, uma população de maior renda vai ocupando o local enquanto os mais pobres são expulsos, seja pelo uso da força e do poder do próprio Estado, ou pelo aumento do custo de vida (MORENO, 2015).

Moreno (2015) aponta:

A definição sobre as regiões a serem valorizadas ou não depende de interesses que não têm a ver com o das pessoas que moram nestes lugares. Ao contrário, quando se organiza um projeto de revalorização o que vemos é que as pessoas são expulsas dos lugares onde vivem. As palavras significam muito mais do que parecem. Os projetos de revalorização – que vai direto ao ponto do interesse econômico – muitas vezes são chamados de revitalizações – como se não houvesse vida, história e cultura em determinados lugares antes de chegar um projeto tecnicamente bem desenhado. A questão é a vida de quem interessa melhorar, e a vida de quem pode ser destruída (p. 56).

As pessoas que, por gerações, organizaram suas vidas e construíram redes de cooperação e solidariedade locais para garantir a reprodução da vida em determinado território – com destaque redes de mulheres periféricas que compartilham as tarefas do cuidado (STACK, 2012), são muitas vezes removidas de suas casas em nome dos interesses do mercado imobiliário, com direito a pouca ou nenhuma indenização. O território até então desvalorizado, super valoriza e vira rendimento certo para o setor da

propriedade. Os moradores têm suas vidas desmontadas e seus direitos violados, pois, caso a Constituição Federal de 1988, fosse seguida à risca, o direito à moradia seria superior ao direito à propriedade, tendo em vista que o primeiro é universal, enquanto o segundo deve ser condicionado a uma função social, raramente posta em prática. O posicionamento condescendente do Estado é uma posição deliberada frente ao conflito social e econômico (MARICATO, 2000; MORENO, 2015; HARVEY, 2014).

Gottdiener (1993) afirma que a disputa do território envolve para além das questões econômicas e políticas, questões também sociais. Ele diz que esse conflito sobre qual será o rumo de determinado espaço é tão importante quanto o conflito capital *versus* trabalho. Teóricas feministas vão além e apontam que as transformações que o mercado impõe na vida cotidiana das pessoas, e que se materializam no espaço, conformam um verdadeiro conflito entre o capital e a vida (MORENO, 2018; PARADIS, CARRAU e BARRETO, 2017), a exemplo dos casos de revitalização e de tantos outros que serão tratados mais a diante, quando esse conflito será explorado no presente trabalho.

Em síntese, existe uma série de interesses privados sobre o espaço urbano que o transformam profundamente ampliando desigualdades e acentuando conflitos. Essa ofensiva sobre o território tem contado com o apoio sistemático do poder público, criando regiões modelo e regiões precarizadas dentro das cidades brasileiras (num movimento global). Existe, contudo, uma ideia de que o planejamento urbano seria o elemento capaz de resolver o conjunto de conflitos citadinos, e não é por acaso que essas ideias criam força na década de 1970 (MARICATO, 2000; VILLAÇA, 1999), quando a financeirização passa a demandar transformações no território (a fim de comportar seus fluxos de capital).

Entretanto, o que os dados mostram é que a retórica não é necessariamente verdadeira. Foi justamente na década de 1990, durante as gestões Maluf (São Paulo) e César Maia (Rio de Janeiro), pioneiros na tentativa de implementar projetos de planejamento urbano no Brasil, que as cidades mais cresceram dissociadas de qualquer projeto ou legislação. Assim ilustram as favelas, problema ignorado pelo planejamento, bem como outras questões centrais para a vida, como a mobilidade, a pobreza, a segurança e a saúde.

Usando mais uma vez o caso paulistano, o que também ficou fora do Plano Diretor foram onze megaobras (nove na parte mais rica da cidade), usando um montante exorbitante de dinheiro público, que resultaria num endividamento do município, ao passo que setores importantes sofriam desinvestimento em suas políticas públicas, como a educação. Apesar de não estar no planejamento, o projeto foi executado, diferentemente do investimento nas políticas públicas. A consequência foi a conformação de uma ilha rica cercada de pobreza no interior da cidade (MARICATO, 2000).

Ou seja, o modelo de crescimento predatório das cidades brasileiras não decorre da falta de planejamento, mas da organização sistêmica de uma política pública e legislativa, que ignora a realidade da população em moradias ilegais (nas favelas e periferias), que é severa para garantir as leis de zoneamento ou para controlar a dinâmica desses territórios provocando mortes e encarceramento através da chamada guerra às drogas – mas que não chega nas classes média e alta. As leis vão sendo aplicadas de forma arbitrária a depender da localidade e da conveniência (MARICATO, 2000; MORENO, 2015).

Os mandos e desmandos do mercado imobiliário atrelados à condescendência estatal tornam a invasão de terras uma questão estrutural no Brasil, uma “parte intrínseca do processo de urbanização” (MARICATO, 2000, p. 152), realidade de Porto Alegre a Manaus, que tem fortes bases na antiga organização escravocrata e patrimonialista, até mesmo por ser um reflexo das relações de trabalho. Nada disso foi resolvido com o planejamento urbano.

Essa ideia do planejamento como positivo em si mesmo e resolutivo dos problemas urbanos é errônea e quase sempre favorável às classes dominantes, que o apresentam como resposta a problemas. Porém, na prática, o planejamento muitas vezes os potencializa (VILLAÇA, 1989; MARICATO, 2000). Um exemplo vivo é a revisão do Plano Diretor aprovada na cidade de Natal-RN, em dezembro de 2021, em que, depois de muitos debates por parte da população, alguns dos principais receios dos movimentos sociais, como a verticalização da orla, terminaram por ser aprovados⁹.

⁹ Ver: <https://www.brasilefato.com.br/2019/09/13/especialista-aponta-problemas-na-verticalizacao-da-orla-de-natal-rn-pelo-prefeito>
e: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/entenda-como-o-plano-diretor-de-natal-modifica-a-capital-potiguar/528963>

Outrossim, a melhor resposta aos conflitos sociais é evidenciá-los, não os tratar como mera questão técnica que pode ser resolvida com qualquer planejamento – que por tantas vezes possui um fosso entre o papel e a execução (Ibidem) –, reconhecendo que são as relações sociais que produzem o território, ou seja, que as pessoas são os verdadeiros sujeitos da cidade. São pessoas que o produzem e que sofrem as consequências, positivas ou onerosas, de sua transformação (Ibidem). É a ideia equivocada de cidade sujeito que produz conceitos mercadológicos como “cidade-mercado” ou “cidade inteligente” como será apontado a seguir.

2.2 Financeirização e o paradigma das *smart cities*

O mesmo regime de acumulação financeira veste uma roupagem muito particular, quando se considera a agudização do processo de *smartização* (MOROZOV, BRIA, 2020), consolidado no século XXI. À luz da compreensão de que a financeirização e a neoliberalização constituem um processo de profunda comodificação da economia (BRENNER, PECK, THEODORE, 2012), com o avanço tecnológico e digital, os dados se tornam a *commodity* mais rentável da história do capitalismo mundial. No presente momento, 80% destes dados são concentrados nas mãos de cinco grandes corporações: *Amazon, Alphabet/Google, Microsoft, Facebook e Apple* (FIGUEROA, 2019). Assim, as ferramentas digitais e suas estruturas tomam cada vez mais centralidade nas dinâmicas da economia, do trabalho, do território e, conseqüentemente, da vida.

Um dos reflexos disso sobre as cidades é a intensificação das relações de competição entre elas, bem representada pelo fenômeno dos *rankings* de cidades. Tendo em vista que o marco de virada para o neoliberalismo contou com um grande endividamento das nações, em especial das periferias globais, as políticas de austeridade¹⁰ são uma das principais características deste período, fazendo com que as cidades (figura mais que especial no ideal da globalização) precisem competir entre si para buscar garantir recursos, como apresentam Morozov e Bria:

O desempenho das cidades com base nesses indicadores secundários, por sua vez, induz a percepção dos investidores sobre a competitividade desses centros urbanos – o que, então, influencia as notas dadas pelas agências de risco e, por fim, afeta os encargos financeiros ligados às operações de crédito realizadas pelas cidades (2020, p. 40-41).

¹⁰ Exemplos de políticas de austeridade explicitados no capítulo anterior.

Se os dados são as *commodities* mais rentáveis e as corporações da economia digital são as maiores e mais influentes frações hodiernas de capital (dominando a maior parte dos dados e da tecnologia para fazê-los úteis), é de se esperar que, para garantir os recursos angariados do setor privado, a agenda política das cidades seja influenciada pelas demandas dos agentes desta economia digitalizada. Deste modo, as cidades vão se adequando às tendências globais impostas para melhor se posicionarem na busca por investimentos privados.

Uma das principais tendências são as *smart cities* (cidades inteligentes), geralmente voltadas ao atendimento das “várias necessidades de otimização tanto do setor público como do setor privado”, o que requer a conexão de serviços e tecnologias públicas à rede de internet, com consequente geração de dados (Ibidem, p. 24-25). Esta visão da cidade como problema a ser resolvido é própria da ideia de criar sistemas livres das falhas humanas, ou, conforme Noble (2001, p. 23) “à prova de idiotas” e, por isso, quão mais conectada e tecnológica a cidade, mais inteligente ela seria.

A lógica de digitalização das cidades avança a passos largos. Vale ressaltar que, mesmo que o município não adote o “carimbo” *smart city*, a datificação tem um caráter quase impositivo neste cenário de endividamento e necessidade de recursos. É praticamente inviável evitar que as cidades se transformem junto com as transformações e fluxos do capital, pois “qualquer outra opção significaria arriscar sua posição no mercado internacional de títulos” (MOROZOV, BRIA, 2020, p. 40).

O Brasil não está fora dessa tendência: cidades como Belo Horizonte, Salvador, Brasília e Curitiba não raramente aparecem nos rankings mundiais e nacionais de cidades inteligentes ou conectadas. Destacam-se São Paulo – que foi classificada “pela quarta vez como a primeira cidade entre as 10 mais conectadas da região Sudeste, de cidades com mais de 500 mil habitantes e, pela 7ª vez consecutiva, vencedora na categoria Mobilidade e Acessibilidade”¹¹ – e Rio de Janeiro, premiada com o “1º lugar no Ranking Connected Smart Cities: Tecnologia e Inovação e 7º no Ranking Connected Smart Cities Geral”¹². Não é preciso conhecer muito as duas últimas cidades para saber que ambas poderiam

¹¹ Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/sao-paulo-lidera-ranking-das-cidades-mais-inteligentes-e-conectadas> (Acesso em 07/10/2021)

¹² <https://prefeitura.rio/ciencia-e-tecnologia/cidade-do-rio-de-janeiro-e-premiada-no-ranking-connected-smart-cities-2021/>

tranquilamente estar (e estão) tão bem posicionadas em rankings de desigualdade na distribuição de recursos e oportunidades¹³. Os dois dados associados escancaram a limitação do ranqueamento e do conceito de cidades inteligentes.

O que seria esta tal inteligência, então? No caso do Rio de Janeiro, equivale, na prática, ao avanço do uso das lâmpadas de LED na cidade. Além disso, a cidade se disponibilizou a ser cobaia da maior experiência de monitoramento urbano da América Latina, através do Centro de Operações Rio (COR), que prevê a implantação de “10 mil câmeras, cinco mil pontos de wi-fi, mais de nove mil sensores georreferenciados e a criação do CORLab, espaço voltado para startups criarem soluções para melhorar a resiliência da cidade frente a problemas, como poluição atmosférica, inundações, mobilidade e deslizamentos”¹⁴.

É fácil imaginar que a política de vigilância e reconhecimento facial servirá como um instrumento de geração de dados, perpetuando, não obstante, características estruturais, como a predisposição do sistema policial a incriminar e encarcerar, em massa, a população negra, aprofundando desigualdades¹⁵. A adoção das lâmpadas de LED, maior referência para o prêmio, por mais que de fato melhore a iluminação das vias públicas, pouco ou nada altera a abissal desigualdade entre ricos e pobres da cidade, assim como qualquer política de inclusão a realidades já gozadas pelos setores mais abastados, pois apesar das condições de vida precárias da maior parte da população, a grande questão da desigualdade brasileira é a “concentração no topo” (SOUZA, 2018, p. 144).

Ainda assim, estas medidas são fortemente impulsionadas pelos poderes públicos e privados como solução para as crises urbanas. A entrevista ao prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, realizada em setembro de 2014 pela EXAME¹⁶, da editora Abril, sobre a posição do município entre as cidades mais inteligentes do mundo, exalta o uso do *Waze* (aplicativo da *Google* para monitoramento de trânsito) e do *WhatsApp* (aplicativo de conversa do grupo *Facebook*) como ferramentas de trabalho e de organização do espaço urbano.

¹³ Ver duas matérias: São Paulo - <https://oglobo.globo.com/economia/sao-paulo-a-cidade-mais-desigual-no-acesso-ao-emprego-diz-estudo-do-ipea-24192561> (Acesso em 07/10/2021)

¹⁴ Disponível no anexo 11.

¹⁵ <https://olhardigital.com.br/2019/11/22/noticias/dos-presos-por-reconhecimento-facial-no-brasil-sao-negros/>

¹⁶ <https://exame.com/brasil/o-que-faz-do-rio-uma-das-cidades-mais-inteligentes-do-mundo/>

O Governo Federal vai neste mesmo caminho de incentivo à “*smartização*”, dada a publicação da “Carta Brasileira para Cidades Inteligentes”, síntese de um trabalho conjunto do Ministério das Comunicações, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Desenvolvimento Regional. A carta tem, entre seus objetivos, implantar a Internet das Coisas (IoT)¹⁷ nas políticas urbanas, estabelecer sistema de governança de dados e tecnologias e “estimular modelos e instrumentos de financiamento do desenvolvimento urbano sustentável no contexto da transformação digital”.

A Carta defende que a execução desse projeto deve ser articulada nas múltiplas esferas de governança: federal, estadual e municipal. Contudo, há um impasse relevante para colocar estas políticas em prática, explicitado pelo próprio documento: é impossível realizá-las sem o setor privado e as instituições financeiras de fomento, pois dependem de um conhecimento tecnológico que pouquíssimas empresas no mundo detêm. Como este saber é privatizado, a maior parte das pessoas sequer é capaz de opinar sobre o que acha dessas políticas e de que forma se sentem mais seguras ou interessadas em seu uso.

Assim, cada vez mais a solução dos problemas urbanos vai sendo transferida para a iniciativa privada, assim como a realização dos serviços necessários para solucionar estes problemas. Nas palavras de Morozov e Bria (2020):

esse modelo tem como base a comoditização de soluções para problemas sociais e políticos, o recrutamento de agentes que tradicionalmente não seriam parte das “soluções” (como bancos e outras instituições financeiras) e a utilização de análise e mensuração de dados a fim de avaliar se objetivos ou resultados específicos estão sendo alcançados, em paralelo com intervenções pontuais destinadas a guiar o processo em direção a tais resultados (p.43).

Porém, transferir serviços públicos para a iniciativa privada carrega um problema real: eles deixam de sujeitar-se à primazia do bem comum em detrimento da lógica da acumulação que rege o setor privado. Desta maneira, deixam de ser essencialmente serviços públicos e tornam-se ativos que devem dar o máximo de retorno com o mínimo de investimento possível. As duas formas mais fáceis de fazer isso são precificando o

¹⁷ Segundo o Estudo do BNDES “Internet das Coisas: um plano de ação para o Brasil”, “O universo de IoT organiza-se por “casos de uso”. No âmbito do estudo entende-se por “caso de uso” as interações máquina-a-máquina que incluem o recebimento de dados de forma digital, a conexão a uma rede externa ao objeto e a capacidade de processar dados de forma automática, isto é, sem a interferência humana”. Para mais informações, acessar: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/pesquisaedados/estudos/estudo-internet-das-coisas-iot/estudo-internet-das-coisas-um-plano-de-acao-para-o-brasil>

serviço no valor máximo que determinada população pode pagar e/ou realizando o serviço a todo o tempo em sua capacidade máxima para garantir a exploração desejada do recurso. Estes métodos são práticas conhecidas e recorrentes do mercado, chamadas de “fazer o ativo suar”. O que, ainda assim, não impede que, a qualquer momento, a empresa prestadora de serviço alegue baixa rentabilidade e simplesmente retire-se. (Ibidem, p. 48-49).

Morozov e Bria (2020, p. 54) chamarão este fenômeno de “keynesianismo privado” nas cidades, partindo da visão do keynesianismo como a presença de um Estado atuante e prestador de serviços, porém, neste caso, o setor privado estaria assumindo essa função estatal. Contudo, também é possível aplicar esta concepção ao aprofundar-se um pouco mais no conceito de Keynesianismo.

A principal contribuição da escola Keynesiana à economia é o princípio da demanda efetiva (GENTIL, HERMAN, 2017). Faz sentido dizer que, na urbanização financeirizada, o investimento privado possui um efeito multiplicador na geração de mais capital, mediado tanto pelo consumo da população, quanto, sobretudo, pela geração de efeitos interdepartamentais de investimento. Essa dinâmica resulta na renovação quase completa dos conflitos dos agentes sociais em torno da oferta de bens e serviços.

Um breve exemplo, aplicável à datificação nas cidades, é o caso do crescimento da *Uber* em meio à pandemia. As orientações de isolamento social por parte da OMS fizeram com que porcentagem da classe média passasse a trabalhar de casa durante este período e que porcentagem ainda maior migrasse dos serviços de ônibus, metrô, trem ou outros transportes coletivos para o transporte privado. Com os serviços de táxi em decadência¹⁸ e com o desemprego no Brasil batendo recorde¹⁹, houve um *boom* gigantesco do uso de aplicativos de transporte (assim como serviços de entrega), a exemplo da *Uber*, por parte de motoristas e usuários.

Enquanto a empresa *Uber* já soma 1,77 trilhão de dólares de lucro no segundo trimestre de 2021²⁰, a oferta de transporte público brasileira não para de se reduzir, a

¹⁸ [Ler https://ohoje.com/noticia/cidades/n/170297/t/taxistas-a-beira-do-fim-renda-dos-profissionais-caiu-de-50-a-70-desde-2016/](https://ohoje.com/noticia/cidades/n/170297/t/taxistas-a-beira-do-fim-renda-dos-profissionais-caiu-de-50-a-70-desde-2016/)

¹⁹ <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/05/27/brasil-tem-desemprego-de-147-no-tri-ate-marco-diz-ibge.htm>

²⁰ <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2021/08/04/uber-tem-lucro-de-us-114-bilhao-no-2o-tri-servico-de-entrega-e-o-maior-responsavel.ghtml>

exemplo do caso carioca. Segundo o relatório De Olho no Transporte, “até fevereiro de 2020, apenas 55% da frota prevista estava operando. Em números absolutos, 81 linhas de ônibus já estavam fora de circulação à época²¹”.

As recentes atualizações do aplicativo, somadas à crise brasileira (com efeitos causados, por exemplo, pela alta exorbitante do preço do combustível e pelas já citadas políticas de flexibilizações do trabalho), têm gerado grande insatisfação para motoristas e usuários²², sem qualquer margem de reivindicação junto aos acionistas e administradores da plataforma.

A empresa, que trabalha com a desregulamentação do trabalho e da prestação de serviços, passa a protagonizar a oferta de transporte também sem qualquer regulamentação. E é certo que, mesmo que o poder público não fosse condescendente com esta prática, regulamentar uma transnacional de tal porte não seria tarefa fácil (MOROZOV, BRIA, 2020), porém o cenário posto vai tornando esta possibilidade cada vez mais distante. Deste modo, há um impedimento na utilização de um serviço que o poder público já não oferece da mesma maneira, enquanto a *uberização* torna-se cada vez mais sinônimo de precarização do trabalho e da vida (ABÍLIO, 2019). Aliás, para Sabadini (2013) é justamente esta precarização que possibilita o avanço da financeirização.

Se de um lado algumas das corporações mais lucrativas da história passam a influenciar e transformar direta ou indiretamente toda a lógica de organização do trabalho e do território sob o paradigma da inteligência, de outro lado a população vive uma das maiores crises humanitárias da história do capitalismo, com uma crescente precarização da vida, que é cada vez mais mercantilizada em todas as suas esferas. É evidente que há um conflito posto, e essa é mais uma materialização do conflito do capital contra a vida (MORENO, 2018; PARADIS, CARRAU e BARRETO, 2017), que tem a cidade como pauta e palco privilegiados (MORENO, 2015).

Neste conflito, as mulheres têm papel de destaque, pois “o trabalho doméstico e de cuidados continua sendo usado como variável de ajuste” para as reorganizações do

²¹ <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/04/metade-frota-onibus-operando-rio-de-janeiro/>

²² <https://www.jornalnh.com.br/noticias/regiao/2021/10/02/motoristas-e-usuarios-tem-ficado-insatisfeitos-com-a-uber.html>

mercado e do Estado (FARIAS, MORENO, 2017). Não à toa, durante o período pandêmico em que os mercados se reorganizaram com uma série de demissões para garantir a acumulação, as mulheres foram 96% das pessoas que perderam seus empregos²³. Isto decorre da visão das mulheres como agentes otimizadores do tempo e do bem estar ao realizar o trabalho reprodutivo por parte das empresas, que buscam maximizar seus lucros (BECKER, 1980).

Em síntese, o capitalismo financeirizado e digitalizado tem relevantes reflexos na capacidade de intervenção do poder público sobre o território, que, para executar suas políticas, precisa enfrentar ou dialogar com uma série de forças econômicas e políticas, como transnacionais, bancos e grandes indústrias. Por outro lado, a presença destes agentes, que podem obstar a atuação do setor público, também tem impacto na extensividade da urbanização, dado o alcance do reescalonamento resultante da economia financeirizada. Toda a urbanização e sociabilidade são remodeladas, num processo ainda recente de virada do modelo prévio de acumulação de excedentes, de obtenção de mais valor e de exploração do trabalho e da vida.

Esta é a forma que o mercado pensa as cidades, mas o que a população que nelas residem tem pautado é o chamado direito à cidade, conceituado por Henri Lefebvre como:

direito à vida urbana, transformada, renovada. (...) “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens (...). O que pressupõe uma teoria integral de cidade e de sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte. Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização (2008, p. 118).

Tal ideia tem ganhado destaque nos debates de planejamento urbano e regional, o que não é por acaso: “*civis*” ou “*civitas*” são origem etimológica da palavra “cidade”, que remetem ao exercício da cidadania. Todavia, quando falamos de direitos, estamos falando de alguém ou alguéms que os realizam, então nos perguntamos: cidade de quem? A cidade é constituída pela constante disputa entre os agentes que a produzem, é reflexo da balança hegemônica de cada sociedade (HARVEY, 2014). É a síntese do conflito social.

Em regra, os agentes do poder público e privado que administram, legislam e interferem sobre os territórios são oriundos e representantes das classes mais abastadas

²³ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/12/07/com-96-das-vagas-perdidas-por-mulheres-pais-destroi-480-mil-postos-formais-em-2020.ghtml>

destes espaços, isto é, de quem se apropria da maior parte do excedente. Do setor privado, por serem eles os capitalistas; do poder público pois são necessários recursos para viabilizar as eleições (MARICATO, 2000). Estas pessoas, ao aplicarem suas políticas de segregação urbana, estão desfrutando do direito e da capacidade que têm de construir o espaço urbano a sua própria imagem.

O direito à cidade não é apenas o acesso ao que já existe, mas a capacidade de mudar onde se vive e, conseqüentemente, mudar as condições materiais e as subjetividades, pois quando a cidade se transforma, transformam-se com ela as condições de vida, o que faz com que as pessoas mudem suas relações e a forma de lidar com suas necessidades e desejos (HARVEY, 2014).

Portanto, é necessário debater o que queremos transformar no espaço, e isso passa pelo debate de que tipo de pessoas queremos ser. Certamente, seres humanos criados num ambiente de pouca violência e solidariedade social são diferentes dos que foram criados em locais violentos e competitivos. Este é um debate sobre as concepções de mundo, as concepções do que somos e como nos relacionamos. Como seguimos a lógica do local, é provável que estas condições de precarização de vida ou de acesso fragmentado, parcial e seletivo a serviços e infraestrutura sigam se reproduzindo até que haja alguma intervenção externa, é o que Myrdal (1968) chama de *causação circular* (cumulativa).

No último capítulo, analisaremos com mais profundidade o conflito capital *versus* vida e as resistências a esta ofensiva do poder corporativo²⁴ sobre o território, destacando a atuação das mulheres na tentativa de construir uma economia onde a lógica da vida se sobreponha à lógica do lucro (MORENO, 2018), em outras palavras, evidenciaremos as mulheres como principais agentes em defesa da vida.

²⁴ Conceito aplicado a partir de (FERNÁNDEZ, 2016), enfatizando transnacionais, grandes corporações e agentes impulsionadores da política econômica neoliberal, como o FMI, o Banco Mundial e até mesmo alguns Estados-Nacionais.

3. A RESISTÊNCIA DAS MULHERES EM DEFESA DA VIDA

O conflito entre o capital e a vida tanto acontece na prática (nos territórios), como é alimentado, constantemente, de forma ideológica. O mercado demanda o poder público para concretizar seus projetos; o poder público, por sua vez, depende da população, já que grande parte dos seus representantes precisa ser eleito pela maioria dos habitantes daquele local. É certo que, em parte, o convencimento se dá porque os discursos utilizados no período eleitoral são muito distantes da prática concreta de gestão, sem ignorar a relevância da captação de recursos para que a campanha chegue na maior parte dos eleitores (MARICATO, 2000).

Porém, se as pessoas são oneradas com graves impactos decorrentes da atuação do capital no território (GOTTDIENER, 1993), por que políticos que representam modelos de gestão tão mercadológicos conseguem eleger projetos de continuidade? É nesse momento que a ideologia, uma das mais importantes armas do mercado, entra em prática. Alguns urbanistas e economistas aderem à ideia de que o enriquecimento de regiões centrais tende a se espalhar para as periferias (MARICATO, 2000). A ideologia do crescimento é o discurso que mais tem sido capaz de auxiliar o mercado que atua sobre o território a manter-se em alta com a população (GOTTDIENER, 1993).

A ideologia do crescimento beneficia tanto as frações de capital que lucram com ela, como os governos locais, sobretudo prefeituras, que se aproveitam para atrair tais investimentos privados sem se indispor com a maior parte da população. A ideia enraizada de que o crescimento econômico – com obras e empreendimentos – é positivo em si mesmo torna-o um interesse público e possibilita que o Estado use da força para coibir o pensamento oposto como se fosse “uma ameaça à segurança nacional” (Ibidem, p. 223), como é o caso das resistências às remoções.

Essas oposições são perigosas aos interesses do poder corporativo – que, como o conceito utilizado sugere, muitas vezes envolve o poder público subserviente (FERNÁNDEZ, 2016) –, pois os governos precisam de algum diálogo com a população para garantir viabilidade e, assim, a concretização dos projetos de crescimento. Foram as mobilizações opositoras que fizeram com que as audiências públicas e outros espaços de participação popular se tornassem necessários para a tomada de decisão pública, ao menos em teoria (GOTTDIENER, 1993).

O principal argumento em favor do crescimento é a geração de empregos, especialmente porque, sob neoliberalização, eles se tornam cada vez mais escassos e desejáveis; outro elemento relevante é o fortalecimento do comércio local, que reverbera porque os serviços que representam a maior porcentagem do produto interno (cerca de 60% no caso brasileiro²⁵). Mas a verdade é que, se por um lado novas redes surgem no entorno das regiões que mais atraem investimentos, os altos preços do uso do solo expulsam para cada vez mais longe os pequenos comerciantes (Ibidem).

Mais além, o ciclo do crescimento impõe ganhadores e perdedores, enquanto uns ficam com o lucro da exploração do território, outros veem a vida ser desmontada ou precarizada, a natureza ser destruída, a moradia ficar cada vez mais longe do trabalho, os equipamentos públicos serem concentrados para poucos. É uma realidade que parece impossível de mudar enquanto as relações sociais e as estruturas de propriedade permanecerem estáticas (Ibidem; MORENO, 2015; HARVEY, 2014).

As mulheres têm protagonizado a oposição nesses conflitos territoriais no espaço urbano, demandando políticas públicas e opondo-se à lógica da acumulação, num papel que não se dá por casualidade, isso acontece porque são elas as principais afetadas pelos desmontes causados pelos ciclos de crescimento e pela violência e depredação dos bens comuns decorrentes deles (MORENO, 2018; PARADIS, CARRAU e BARRETO, 2017, p. 24). O fator determinante para tal é o fato de as mulheres serem responsabilizadas pela reprodução da vida ou “produção do viver” (HIRATA, ZARIFIAN, 2000) a partir da divisão sexual do trabalho, que ganha nova roupagem com a reorganização do capital (KERGOAT, HIRATA, 2007).

O conceito de divisão sexual do trabalho utilizado por diversas teóricas feministas não se limita ao emprego assalariado, ele compreende o trabalho como o conjunto das atividades realizadas para que a vida humana seja possível, como a limpeza, o preparo dos alimentos, o cuidado dos doentes, dos idosos e crianças, dentre outras. Esse trabalho é realizado majoritariamente por mulheres, gratuitamente ou com baixíssimos salários (FARIA, MORENO; MORENO; KERGOAT, HIRATA, 2007). Ou seja, “as pessoas necessitam de uma enorme quantidade de trabalho, energia e cuidado ao longo de toda a

²⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/09/01/setor-de-servicos-segue-no-negativo-contra-o-pre-pandemia-e-segura-retomada-do-pib.ghtml>

sua vida. Somos interdependentes como pessoas, e também somos ecodependentes na relação com a natureza” (FARIA, MORENO, 2017, p. 6).

Ao passo que a elaboração feminista revela que o trabalho não é apenas aquilo que é pago pelo mercado, a ausência ou escassez de remuneração evidencia que além de haver uma divisão das tarefas entre homens e mulheres, há também uma hierarquização delas (Ibidem, 2017). É o trabalho de cuidados que garante a vida humana e, conseqüentemente, que existam trabalhadores disponíveis. Ao desvalorizar o trabalho das mulheres e invisibilizá-lo, as empresas e o poder público se desresponsabilizam dessas tarefas fundamentais para o funcionamento social e a obtenção de excedente às custas da sobrecarga das mulheres (Ibidem).

Contudo, mesmo entre as mulheres, essa experiência não é homogênea. Algumas destas terminam por delegar esse trabalho (mesmo que parte dele) a outras mulheres, e os fatores de raça e classe são determinantes para tal. “O trabalho doméstico remunerado é uma das principais ocupações femininas, sobretudo das mulheres negras” (MORENO, 2015), marcando uma experiência de trabalhos com poucos direitos, baixos salários e muita precariedade. Essa é uma herança colonial e escravocrata que permanece na estrutura da organização social e do trabalho no Brasil e em boa parte do mundo (FARIA, MORENO, 2017).

No que se refere às questões urbanas, a divisão sexual do trabalho se articula com a separação capitalista do espaço público e do privado. No primeiro é realizado o conjunto das atividades monetizadas e a cidadania é exercida, enquanto a reprodução da vida se dá no segundo. Essa polarização é construída para que o trabalho praticado no interior das casas se torne invisível, assim, ele se torna um problema individual das mulheres, e não algo essencial para toda a sociedade (MORENO, 2015).

Aqui, os conceitos de público e privado apresentados não são econômicos, e sim a partir de uma avaliação das ciências sociais, referente ao espaço doméstico, familiar e da privacidade em contraposição ao externo (MORENO, 2015; KERGOAT, HIRATA, 2017; CABANES, SD). Com apoio na ideia de que essas oposições sociais são desenvolvidas para ocultar as conexões das duas dimensões (MORENO, 2015), a produção do espaço urbano vai se dando “a partir da construção de opostos, ou seja, de

uma perspectiva androcêntrica: o ambiente de trabalho *versus* a casa” (GUIMARÃES, 2017, p. 24).

Quando a teoria feminista traz o trabalho doméstico para o centro do debate, conecta as dimensões de público e privado, assim como as de produção e reprodução, revelando a correlação entre a economia e a produção do viver (MORENO, 2015). O trabalho das mulheres gera riqueza. Estudos apontam que, se o trabalho não pago fosse monetizado, representaria 11% do PIB do período 2001-2011, outros estudos internacionais recentes apontam o valor de 13% (MELO, MORANDI, 2021). Ignorar essa dimensão econômica da reprodução da vida é corroborar com a visão de uma economia androcêntrica, isto é, que abandona as experiências das mulheres e considera universais as dos homens (MORENO, 2015; FARIA, MORENO, 2017).

A organização das cidades segue essa mesma lógica androcêntrica. O padrão de planejamento urbano “tem como referência a experiência de vida e trabalho de homens adultos, com emprego e automóvel” (MORENO, 2015, p. 44), por isso grandes projetos são priorizados em detrimento de um transporte público de qualidade, creches, iluminação nas ruas, aparelhos de saúde dentre outras coisas fundamentais para promover autonomia à população, principalmente para as mulheres, que muitas vezes têm outras pessoas sob seus cuidados (Ibidem).

As experiências e demandas das mulheres, de pessoas negras e pessoas empobrecidas nas periferias é ignorada na concepção das cidades. A dignidade é possível para quem pode comprá-la. Com auxílio do Estado, não só as cidades são mercantilizadas, como também a vida em todas as suas dimensões. O lazer, a saúde, a cultura e as escolhas são privatizadas e restritas, enquanto vigoram os interesses da especulação imobiliária e do mercado financeiro. Também na organização das cidades, a lógica do lucro entra em conflito com o cotidiano das mulheres marcado pelas demandas da reprodução da vida, que não cabem no mercado. (Ibidem; GOTTDIENER, 1993).

À medida que esse conflito vai se materializando no território, as mulheres têm se organizando para resistir e apresentar alternativas. A seguir, serão apontados dois exemplos empíricos da ofensiva neoliberal sobre o território que mobilizaram a reação das mulheres.

3.1. Caso Vila Autódromo

Conforme abordado no capítulo anterior, uma das estratégias mais comuns do mercado para obter lucro são os projetos de revalorização, com o uso da força para remoção de moradores se necessário.

O Rio de Janeiro é uma cidade absolutamente inserida na dinâmica da mercantilização, estando muitas vezes posta à disposição em feiras de negócios para investimentos e megaeventos, como se ela mesma estivesse à venda e (MORENO, 2015), como é possível observar, muita gente quer comprar. Não é à toa que a cidade foi escolhida para ser sede dos Jogos Pan-Americanos de 2017, da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Estes grandes eventos são apontados por Sánchez (2014) como a materialização da intervenção neoliberal no planejamento urbano, mas são apresentados para a população como se fossem benesses para o território, num discurso recheado da ideologia do crescimento, sob pretexto de que atrairão muitos investimentos. A relação entre os poderes público e privado se entrelaçou profundamente durante o período de preparação das Olimpíadas do Rio de Janeiro e da Copa do Mundo no Brasil (GUIMARÃES, 2017), por colocar em prática uma “participação direta, sem mediações, dos capitalistas e empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e execução de políticas” (VAINER, 2013, p. 88).

Seguindo esta lógica, o que se notou é que os investimentos caminharam no mesmo sentido do projeto neoliberal de criação de regiões modelo, supervalorizando determinadas áreas em detrimento de políticas públicas para o conjunto da população (MUNCH, 2016). Nesse caso em específico, a valorização da Barra da Tijuca – e a expulsão das comunidades ali inseridas – é há muito a grande aposta da especulação imobiliária da cidade, tendo em vista a indisponibilidade da Zona Sul, região mais valorizada da cidade, para novos empreendimentos (Ibidem; GUIMARÃES, 2017).

A concepção da Barra da Tijuca se deu justamente “para atender as diretrizes internacionais, aplicando-se à lógica neoliberal de construção da cidade” (GUIMARÃES, 2017, p. 37). Um exemplo disso é a presença massiva de anúncios de comércio e localização em língua inglesa (Ibidem), explicitando a relação íntima da expansão para a

região a partir de interesses da especulação imobiliária e de investimentos internacionais (MARICATO, 2000).

Uma das comunidades que, durante todo esse período, está sob constante ameaça é uma pequena comunidade originalmente constituída por pescadores às margens da lagoa de Jacarepaguá, a Vila Autódromo. Como relata Sandra Maria, moradora:

O que a Vila Autódromo passa hoje ela passa há quase 50 anos, a Olimpíada agora é o pretexto que o governo encontra para fazer as remoções. Mas sempre teve algum motivo, depois das Olimpíadas eles encontrarão outro motivo para expulsar. O que existe é a especulação imobiliária, o que existe é o povo brasileiro sendo tratado sem dignidade, sendo expulso dos locais da cidade assim que eles recebem alguma melhoria. O povo brasileiro, trabalhador, que constrói essa história, que constrói essa cidade, ele não tem direito a ela. Se ele pode ocupar os morros, as favelas, essas são tratadas com total descaso e abandono, sem urbanização, sem saneamento, quando o entorno melhora, valoriza, a população é expulsa novamente. (Fala de Sandra Maria no Lançamento do Dossiê de novembro de 2015 do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro) apud (MUNCH, 2016, p. 37).

A Vila Autódromo tornou-se referência de resistência durante o preparo dos Jogos Olímpicos de 2016. A remoção da Vila Autódromo foi apresentada como “exigência do Comitê Olímpico Internacional, para viabilizar a construção das instalações esportivas do Parque Olímpico” (MUNCH, 2016, p. 39), sob influência de instituições financeiras e organizações internacionais (GUIMARÃES, 2017). Essa exigência de construção de uma região modelo para sediar o evento está em diálogo com a ideia neoliberal de um padrão de cidade global, uma antessala do sentido da lógica *smart*, de organização territorial ótima e com tecnologia incorporada para a absorção de excedente e o controle do capital (TAVARES, 2015). Não por acaso o Parque Olímpico, principal “legado” dos jogos (MUNCH, 2016) e que hoje sedia os grandes eventos da cidade, foi chamado de “*smart city do Rock*²⁶” na ocasião do *Rock in Rio*, maior festival de música do país, realizado no ano seguinte às olimpíadas. O projeto de *smartização* com câmeras segue até a Avenida Ayrton Sena, principal via da Barra da Tijuca²⁷.

Frente a esse projeto de dominação mercadológica do território, os moradores apresentaram forte mobilização contrária, com destaque para mulheres como Sandra Maria, Maria da Penha, Jane e tantas outras figuras já conhecidas das lutas urbanas no território e no município. Para tanto, algumas estratégias foram importantes.

²⁶ Para saber mais sobre a ideia de smartização do projeto e região, ver: <https://revistagalileu.globo.com/Publicidade/Rock-in-Rio/noticia/2017/09/smart-city-do-rock-tecnologia-permite-monitoramento-total-do-rock-rio.html>

²⁷ Ver <https://diariodoporto.com.br/ppp-fara-rio-parte-do-circuito-de-cidades-inteligentes/>

Para a concretização do projeto exigido, posto o histórico de resistência e organização daquela comunidade, a prefeitura logo agiu ao demolir a associação de moradores e a casa do senhor Altair, presidente da associação. Em forma de protesto, moradores e moradoras escreveram em suas casas as palavras “Associação de moradores”, simbolizando que as mobilizações continuariam. Culminou que algumas casas de fato se tornaram referência de organização local, é o caso das casas de Jane e Maria da Penha, conhecida no local como Dona Penha (GUIMARÃES, 2017).

Uma série de mobilizações e atividades começaram a ser promovidas no território para visibilizar a situação, construindo importantes articulações com universidades e institutos – caso da UFRJ e do IPPUR, movimentos sociais, ONGs e com o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Foram realizados saraus, cineclubes e shows; logo na entrada da comunidade foi pendurada uma faixa dizendo que remoção de áreas de interesse social é crime; a batucada feminista de mulheres com palavras de ordem políticas foi uma ferramenta importante; houve protestos no Parque Olímpico informando as pessoas que iam aos jogos as ações truculentas da prefeitura com os moradores; e algo fundamental foram as vigílias em frente à casa da Dona Penha após a prefeitura orientar a demolição (Ibidem; MUNCH, 2016).

Marca do protagonismo feminino nas mobilizações foi que, de fato, a casa da Dona Penha terminou sendo removida, e isso aconteceu no dia 8 de março, dia internacional de luta das mulheres, quando a prefeitura contava que a atenção da resistência estaria na construção popular das manifestações, o que de fato ocorreu. Ironicamente, neste mesmo dia, Maria da Penha recebeu a medalha de Mulher-Cidadã da Comissão de Direitos das Mulheres da ALERJ²⁸.

Apesar de muitas famílias terem sido removidas (apenas vinte das mais de quinhentas casas permaneceram de pé), as mobilizações garantiram que grande parte dessas tivessem indenizações justas, muito maiores do que o poder público ofereceu a princípio (quando elas eram oferecidas, já que em muitos casos, a oferta foi apenas de violência). Além disso, para as vinte casas que permaneceram foi elaborado o projeto de

²⁸ <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/no-dia-em-que-recebe-homenagem-mulher-tem-casa-demolida-no-rio.html>

urbanização, comportando um Centro Cultural da Vila Autódromo, reivindicado pelas mulheres (GUIMARÃES, 2017).

Faz-se essencial apresentar o relato da própria Maria da Penha, ao explicar às jovens uma das palavras de ordem da batucada feminista, que dizia “mulheres contra o machismo e capitalismo neoliberal”:

Capitalismo neoliberal é o que vem aqui pra tirar a gente da nossa terra! Quando as meninas tão falando isso, é porque o capital e esses engravatados das empreiteiras só pensam no lucro e não querem nem saber quem é que está aqui, quem mora aqui, há quanto tempo mora... Veem a gente como uma coisa qualquer que precisa ser retirada pros negócios deles continuar! (Maria da Penha, 2015. apud GUIMARÃES, 2017, p. 72).

Apontando as indenizações justas como uma conquista:

Antigamente eles chegavam diziam ‘você vai sair, querendo ou não você vai sair’, então aqui já teve um tratamento diferenciado, isso tudo foi também a consequência duma luta, porque essa luta não foi de hoje, essa luta foi de anos, foi trabalhando, trabalhando, então várias pessoas passaram por essa luta. [...] A Vila Autódromo teve uma luta enorme, gigantesca. Apesar de ter sido praticamente totalmente assim no coletivo, ficou muito pouca gente, mas ela fez uma luta muito boa, porque as pessoas que foram, apesar de tudo, apesar de a maioria não estar feliz, eles tiveram suas recompensas, eles foram mas ganharam dinheiro, não foram diretamente de qualquer jeito, teve caminhões aí pra fazer mudança com mais dignidade, coisa que não tinha.. antigamente as remoções eles jogavam tuas coisas no caminhão de lixo e levavam, era como se você fosse um trapo, levava te carregava de qualquer jeito.. na Vila Autódromo teve essa diferença, tinha van pra levar as família separado da mudança, tinha um caminhão, tinha gente pra botar a mudança dentro do caminhão, coisa que nunca... não era muito isso, era a guarda municipal que chegava jogava suas coisas de qualquer jeito. (Maria da Penha, 2016. apud GUIMARÃES, 2017, p. 73).

Colocando as expulsões como sistêmicas em relato posterior à demolição de sua casa:

Eu vou continuar lutando pra ficar nessa comunidade, né? Ah, a gente não espera nada, né? A nossa política só trabalha pra um lado só. Nosso país se diz democrático, mas geralmente eu acho que ele é mais capitalista que democrático. Porque o cidadão brasileiro não tem direito a essa cidade, sempre que chega um megaevento você é expulso da sua comunidade... Essa não é a primeira comunidade que tá acontecendo, desde a história do nosso Rio, da nossa cidade maravilhosa, sempre foi assim né? Ela já foi fundada sendo sempre expulso... expulsaram o índio, expulsaram as pessoas humilde do início desse rio que teve essas mesmas remoções e continua até hoje, né? (Maria da Penha, 2016. apud GUIMARÃES, 2017, p. 78).

Por fim, relatando a importância das redes de solidariedade e compartilhamento do cuidado, que davam um valor não monetizável ao território:

A comunidade (...) era uma partilha, aquelas famílias que tinha mais carência sempre o outro ajudava, tinha toda a sua história também. O espaço dela mudou completamente... Quem foi pros apartamento teve dificuldade de se familiarizar porque aqui todo mundo tinha sua casa com seu quintal... Um portão onde fechava, onde tinha sua privacidade. Você entrava dentro da comunidade e se sentia em casa! Quando a gente volta pra nossa casa, pra nossa comunidade, é como se a gente tivesse voltando pro nosso aconchego. Se sentia seguro, ficava à vontade, as crianças brincavam na rua com tranquilidade, não tinha bala perdida... Todos os moradores se conheciam, tem essa diferença territorial que fez muita diferença. Tem pessoas que pegou o dinheiro comprou uma casa melhor que tinha aqui... mas não é feliz. Ele era feliz aqui e essa felicidade não tem preço, é uma coisa que é teu, é particular. Antigamente a gente queria um tomate e tinha um mercadinho. Hoje nós temos que ir lá embaixo comprar alguma coisa. Nós sentimos falta dos vizinhos, tínhamos a padaria, todo dia de manhã comprava nosso pão quentinho, se não tivesse dinheiro comprava do mesmo jeito, são coisas que você sente falta... Tínhamos muita criança na comunidade, ficamos com 6 criança na comunidade agora. A igreja, a gente tinha mais gente, hoje em dia não temos praticamente fiéis na capela. Tínhamos sala de catequese, todo domingo o quintal tava cheio de criança... Sente saudade, sente falta. Os vizinhos quando eles vêm a gente mata a saudade, eles lembram, eles falam: 'por mais que tenha sua casa não é a mesma coisa'. Aquelas crianças que a gente ajudava, a gente auxiliava, eles também sentiram muito, foram viver em um outro território completamente diferente.. É muito difícil na verdade, as nova adaptações. (Maria da Penha, 2016. apud GUIMARÃES, 2017, p. 80).

A organização do cuidado socializada nas comunidades, como no caso da maternidade e da alimentação, citados pela Maria da Penha em seu relato, são determinantes para a construção das dinâmicas sociais daqueles territórios e também para a organização da vida das mulheres que ali vivem. Além da memória e dos vínculos constituídos ao longo do tempo, por vezes em décadas de convívio.

Esses elementos não cabem nos cálculos dos grandes empreendimentos, a exemplo da Odebrecht e da Andrade Gutierrez, interessadas e grandes beneficiadas dos processos de revitalização para os megaeventos (MUNCH, 2016; GUIMARÃES, 2017). Poderiam caber no olhar do poder público, mas, a experiência concreta é que, sem uma forte mobilização, a condescendência aos interesses financeirizados sempre se sobrepõem às demandas dos excluídos da cidade (MARICATO, 2000; PENHA apud. GUIMARÃES, 2017).

3.2. A luta dos transportes

À medida que as cidades crescem e as pessoas vão sendo expulsas para lugares cada vez mais precários e distante dos centros econômicos, “assumimos e naturalizamos os incômodos e as distâncias” (MORENO, 2015, p. 66). O trânsito torna-se elemento determinante no cotidiano das pessoas: cerca de um quinto delas nas regiões

metropolitanas gasta mais de uma hora em seus percursos fixos entre a casa e o lugar de trabalho ou estudo, sem contar nas possíveis (e até frequentes) outras paradas, como na ida ao mercado, ao deixar os pais em centros de saúde, ou as crianças na escola, comuns na vida de muitas mulheres (Ibidem).

Outra realidade comum na vida e nos trajetos das mulheres é o assédio e a importunação, prática que é usada pelos homens como exercício de poder sobre os corpos femininos para demonstrar que o espaço público é seu local. Essa situação de violência em um local que se vai todos os dias faz com que muitas mulheres precisem reorganizar suas vidas (SANTOS, 2016). Em São Paulo, 43% das mulheres afirmam já terem sido assediadas nos transportes públicos, e essa realidade se perpetua nas mais diversas cidades²⁹.

Posta essa realidade, de Norte a Sul, mulheres têm se levantado de forma organizada ou não para denunciar a situação de violência enfrentada, assim, têm conseguido dar visibilidade ao assédio sofrido nas ruas de tal forma a mobilizar o poder público para dar alguma resposta, como no caso de cidades como Rio de Janeiro e Porto Alegre, em que os ônibus podem parar fora do ponto de ônibus quando uma mulher pede parada após às 22h. Outro caso que excede os transportes foi a política adotada na prefeitura de São Paulo de iluminar vias com registro de violência contra as mulheres. (MORENO, 2015).

Visibilizar o problema do assédio de tal forma que ele deixe de ser visto pelo poder público como algo individual ou pontual e passe a ser tratado como um problema coletivo que restringe o direito de ir e vir das mulheres é algo essencial (Ibidem), contudo, nem sempre as soluções apresentadas são ideais. Caso dos vagões femininos em trens e metrô em horários de pico que, além de comedir onde corpos de determinado gênero devem transitar, acaba por legitimar a violência sofrida nos outros vagões. Sem falar que, em muitas ocasiões, essa política sequer é respeitada (SOARES, ALVES, 2010).

Um dos motivos para que o serviço de transporte público seja inadequado é o fato de, na maioria das capitais – possivelmente pela escassez de recursos do município,

²⁹ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/04/relatos-de-assedio-no-transporte-publico-aumentam-18-pontos-percentuais-em-2020-em-sp-diz-pesquisa.ghtml>

responsável legal – ele ser gerido pela iniciativa privada³⁰. Como, sob a financeirização, a infraestrutura é apenas um ativo, é uma prática das grandes empresas de infraestrutura precarizar os serviços e maximizar os lucros, cobrando o máximo possível que as pessoas possam pagar, utilizando a estrutura até o limite, naquele ato corporativo de “deixar o ativo suar”. As demandas dos usuários são pouco levadas em consideração (MOROZOV, BRIA, 2020).

A precariedade no transporte público e a priorização do transporte individual no planejamento urbano, somado ao incentivo por meio de crédito, tem feito muitas pessoas recorrerem aos automóveis ou motocicletas. Cerca de metade das residências possuem o primeiro e mais de 22% o segundo, de acordo com a PNAD Contínua de 2020. O fenômeno da *uberização* e seu crescimento no período pandêmico tendem a ressaltar essa realidade.

Frente à escassez de empregos e precariedade dos serviços, uma das alternativas da população para conseguir alguma renda tem sido recorrer a mais uma situação de precarização da vida e do trabalho, dirigindo por aplicativos que atuam como patrões, no sentido de extrair força de trabalho ao máximo para obter rentabilidade, com estratégias de controle cada vez maior – devido à datificação –, mas que não se propõem a regularizar os vínculos e oferecer direitos. Em tempos de crise, o esvaziamento de direitos do trabalho, conhecido das mulheres revendedoras de cosméticos, se estende para o conjunto dos trabalhadores (ABÍLIO, 2020).

Na plataforma *Uber*, as mulheres são apenas 6% do total de motoristas cadastrados³¹, contudo, isto não tem impedido que estas criem espaços de auto-organização virtual e até mesmo ajudem a fomentar alternativas às grandes corporações digitais que já organizam parte considerável da mobilidade urbana, como já apresentado. Uma dessas alternativas desenvolvidas é a plataforma “*Let’s Mobi*”³², iniciativa de motoristas de aplicativo da cidade de Niterói pautada na Economia Solidária para autogestão do trabalho, onde cada motorista fica com a totalidade do lucro de suas corridas.

³⁰ <https://www.politize.com.br/transporte-publico-no-brasil-como-funciona/>

³¹ Disponível em: <https://primeirapauta.ielusc.br/2020/12/16/mulheres-motoristas-da-uber-enfrentamobstaculos-diante-de-uma-sociedade-machista/>

³² Para mais informações, ver: <http://letsmobi.com.br/>

As mulheres não são as únicas a utilizar o aplicativo, e nem sua maioria, contudo, é possível observar uma participação significativa delas, atraindo até mesmo a atenção da CODIM – Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres da Cidade de Niterói, conforme o relato de Maisa Marinho, uma das motoristas que cooperam na organização da plataforma.

O aplicativo entrou em funcionamento no dia 5 de julho de 2021, em Niterói e cidades próximas, e iniciou diversas campanhas para atrair motoristas para a plataforma. É o caso dos “*let’s points*”, pontos de divulgação e tiragem de dúvidas pela cidade, onde motoristas podem descansar, beber água e realizar outras necessidades comuns aos dias de trabalho, além de outras ações nas redes em diálogo com mulheres e o público LGBTQIA+³³.

Segundo relatos de motoristas do aplicativo, a notável adesão das mulheres culminou em convites para reuniões por parte de representantes da CODIM, resultando numa parceria³⁴, divulgada no dia 24 de agosto de 2021 nas redes sociais do *Let’s mobi*, em publicação que faz alusão ao combate à violência contra as mulheres. A relação com a prefeitura de Niterói possibilitou a abertura do diálogo com mais uma prefeitura: agora, em Maricá, os motoristas e passageiros podem receber e pagar viagens com a moeda social da cidade.

A parceria ainda é recente e está se desenvolvendo, assim como o aplicativo – apesar de já terem o importante êxito do domínio total da tecnologia da plataforma –, mas cabe manter a observação de uma possível relação entre gênero e o desenvolvimento de alternativas ao trabalho precarizado pautado por grandes corporações.

³³ Sigla do movimento político referente a lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, transgêneros, *queers*, intersexos, assexuais e outras diversidades de gênero e orientação sexual.

³⁴ Ver página do aplicativo em rede social: <https://www.instagram.com/p/CS-KV6wrqbr/>

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma ofensiva devastadora e excludente do capital sobre o território para a viabilizar a acumulação. Há, neste particular, resistências travadas nas cidades, onde mulheres têm sido protagonistas na elaboração de alternativas e na defesa do usufruto dos espaços comuns. Nessa disputa, o que está em jogo é o direito a produzir e a transformar o território, ou, em outras palavras, definir quem tem direito à cidade (MORENO, 2015; HARVEY, 2014).

A resistência se dá porque os projetos de crescimento a qualquer custo possuem consequências que as pessoas precisam suportar, mas de forma desigual, num modelo de desenvolvimento também desigual, que possui dimensão econômica e geográfica. Essas consequências onerosas são próprias do modelo de produção capitalista, e se aprofundam com a financeirização. As grandes empresas exploram a riqueza social, precarizam a vida e depredam a natureza com apoio do poder público, e ainda saem impunes. (GOTTDIENER, 1993).

O capitalismo, em afã de acumulação, necessita das cidades e as constitui: “a urbanização sempre, foi, portanto, algum fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém” (HARVEY, 2014, p. 30).

O direito à cidade é o poder de criar e recriar a cidade, é a capacidade de elaborar o modelo de urbanização a partir dos mais profundos desejos. Se as cidades são compostas por inúmeras pessoas, é certo que este deveria ser um direito coletivo, público e democratizado. Contudo, o que vemos é uma parcela muito pequena de pessoas que consegue fazer isso, algumas delas sequer vivem nas cidades, pelo contrário, estão a milhares de quilômetros. Essas pessoas, representantes dos Estados e do poder corporativo, como as empresas transnacionais, privatizam esse direito que deveria ser coletivo a partir de suas necessidades particulares (Ibidem).

É preciso reorganizar as cidades para que elas façam sentido para as pessoas que vivem nela, nas suas relações interpessoais, no lazer, no trabalho, na mobilidade, na moradia, na cultura. Todos esses direitos são, em teoria, assegurados no conjunto de leis, normas e direitos no Estado brasileiro, mas eles não são possíveis de se viabilizar se o lucro e a propriedade privada permanecem no centro da organização social e econômica (GOTTDIENER, 1993; MORENO, 2015)

A teoria feminista, quando conecta a produção e a reprodução da vida, assim como as dimensões de público e privado, aponta para outra forma de gestão sobre o território, onde a primazia da vida se sobreponha à acumulação, e onde homens e mulheres de diversas partes da cidade possam vivê-la em condição de igualdade, ao visibilizar as tarefas do cuidado e apontar para uma organização territorial em que esse trabalho não recaia exclusivamente sobre as mulheres. É essencial que as cidades sejam pensadas para promover a autonomia das pessoas, oferecendo os serviços necessários para uma vida digna (Ibidem).

Estas são pistas de uma possível atuação da gestão pública que priorize a organização da vida, e não a articulação com corporações e seus projetos de crescimento mercantilizado, como tem sido o padrão da ação do poder público.

Mobilizar-se em torno do direito de reinventar a cidade é buscar a “liberdade de fazer e refazer a nós mesmos”, as relações interpessoais, as relações com a natureza, os valores, o uso do próprio tempo e trabalho (HARVEY, 2014). E não se pode pensar a vida sem pensar a socialização do trabalho de cuidados, que a garante. É preciso desprivatizar a reprodução e democratizar profundamente a gestão do espaço e a riqueza socialmente produzida (Ibidem; MORENO, 2015).

Como aponta Moreno, a cidade é feita de pessoas, não de capital.

REFERÊNCIAS

- ABILIO, Ludmila. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. In: **Psicoperspectivas**, Vol 18, Nº 3, Valparaíso, 2019.
- ABREU, M. A. **Produção imobiliária e os espaços da financeirização: entre o abstrato da riqueza financeira e o concreto da cidade produzida**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2019.
- ALCOFORADO, F. A. G. **Os Condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2003.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. **As Mutações no mundo do trabalho na era da Mundialização do capital**. p. 237 **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- ARAÚJO, Kathya. Los anclajes socio-existenciales: El caso de las expectativas de futuro. **Dados**, v. 61, n. 2, p. 341-371, 2018.
- BECKER, G. **A Theory of Allocation of time**. In: **AMSFEN, A. H. (Ed.). The economics of women and work**. New York: Pinguin Books, 1980.
- BRANDÃO, C.A. Por uma geoeconomia política espacial da sociedade urbana. In: Serpa, A.; Carlos, A. F. **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos** (p. 43-54). Salvador: EDUFBA, 2018.
- BRENNER, N. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: letra Capital, 2018.
- BRENNER, N; PECK, J; THEODORE, N. **Após a neoliberalização? Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 14, n. 27, pp. 15-39, jan/jun 2012.
- BORSARI, P. (2020). **Consequências da financeirização para os trabalhadores**. **RBEST Revista Brasileira De Economia Social E Do Trabalho**, 2(00), e020013. <https://doi.org/10.20396/rbest.v2i00.13501>
- CHESNAIS, F. Fictitious capital in the context of global over-accumulation and changing international economic power relationships. In. **BELLOFIORE, R. VERTOVA, G. (Ed.). The great recession and the contradictions of contemporary capitalism**. UK: Edward Elgar Publishing, p. 65-82, 2014.
- CSA – Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas. **Cadeias Globais de Produção e ação sindical (Cartilha Didática)**. CSA, 2018.
- FARIA, Nalu. **Crítica Feminista ao Poder Corporativo: Textos para a ação**, Sempreviva Organização Feminista, São Paulo, 2020.
- FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida – nós mulheres seguimos em luta!**, SOF Sempreviva

Organização Feminista e da Marcha Mundial das Mulheres, São Paulo, 2017.

DE SOUZA, Pedro HG Ferreira. **Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos**, 1926-2013. Hucitec Editora, 2018.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**. São Paulo: Elefante editora, 2017.

FERNÁNDEZ, Gonzalo. **Alternativas al poder corporativo**. Barcelona: Icaria, 2016.

FIGUEROA, V. **¿Hacia el fin del trabajo?** *Nueva Sociedad*, n o 279: 13, 2019.

FREITAS, T. V. O Trabalho na base da riqueza: uma análise feminista sobre a atuação de empresas transnacionais. In: **Crítica Feminista ao Poder Corporativo**. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2020.

FURTADO, C. M. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GASPAR, R.C. **A economia política da urbanização contemporânea**. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 235-256, jan/jun 2011.

GENTIL, D; HERMANN, J. **A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso**. *Articles, Econ. soc.* **26 (3)**, Dez 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n3art9>

GUIMARÃES, Carolina C. P. **E se a Cidade Fosse das Mulheres?** Dissertação de Mestrado. Sociologia, IESP-UERJ. Rio de Janeiro, 2017.

HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: Do Direto à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo, Martins Editora Livraria Ltda., 2014.

HARVEY, D. **Para entender O Capital: Livro II e III**; São Paulo: Boitempo, 2014.

HARVEY, D. The urban process under capitalismo: a framework for analysis. (p.59-89). In: David Harvey. **The urban experience**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

HAYDEN, Dolores. **What would a non-sexist city be like? Speculations on housing, urban design and human work**. *Journal of Women in Culture and Society*, vol. 5, n°3 suppl. Chicago: University of Chicago, 1980.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSBAWM, E. **A Era das Revoluções**, SD.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. *Cadernos de Pesquisa*, on-line, São Paulo, n.132, set-dezembro, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

LÉNINE, V. I. **O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. Lisboa-Moscovo: Avante! – Edições Progresso, 1984.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O; MARICATO, E; VAINER, C. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Vozes: Petrópolis, 2000.

MARSHALL, T. H. "Cidadania e Classe Social". In: **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1967.

MELO, H. P.; MORANDI, L. **Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma posposta metodológica**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 1 (71), p. 187-210, janeiro-abril 2021.

MORENO, R. F. C. **Economia feminista em movimento: experiências e desafios teórico-políticos a partir das lutas das mulheres**. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 195–226, 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11708. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11708>. Acesso em: 16 jul. 2021.

MORENO, R. F. C. Entre o Capital e a Vida: Pistas Para uma Reflexão Feminista Sobre as Cidades. In: **Reflexões e Práticas de Transformação Feminista**. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2015.

MONTEMOR, R.L. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. TD n.º 281, CEDEPLAR, UFMG, janeiro de 2006.

MOROZOV, E; BRIA, F. **A Cidade Inteligente – Tecnologias Urbanas e Democracia**, São Paulo: Ubu Editora, 2019.

MUNCH, M. **Vila Autódromo, um território em disputa: a luta por direitos desde sujeitos fronteiriços e práticas insurgentes**. Dissertação de mestrado. Direito Constitucional, UFF. Niterói, 2016.

MYRDAL, Karl Gunnar. 1968. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga.

NOBLE, D. **La locura de la automatización**. Barcelona: Alikornio, 2001.

OLIVEIRA, F. L. P. **Mediações Teóricas Para a Análise da Financeirização do Espaço na América Latina**, Rio de Janeiro, 2018.

PARADIS, Clarisse; CARRAU, Natália; BARRETO, Viviana. A Resistência Feminista Contra o Livre Comércio. In: **Desafios Feministas para Enfrentar o**

Conflito do Capital Contra a Vida. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2017.

PAULANI, L.M. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política**, vol. 36, nº 3 (144), p. 514-535, julho-setembro/2016.

POCHMANN, M; MORAES, R. **Os Ricos e Poderosos.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

SANTANA, Bianca; MARIANO, Jefferson. **Situação da mulher negra na Região Metropolitana de São Paulo: síntese dos indicadores sociais e análises preliminares.**

SANTOS, M. A Urbanização brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

SANTOS, Maria C. **Corpos em Trânsito: um estudo sobre o assédio sexual no transporte coletivo de Aracaju.** Dissertação de Mestrado. Sociologia, UFS. Aracaju, 2016.

SABADINI, M. S. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 583-608, dez. 2013.

SANCHEZ, Fernanda et al. Jogos Pan-Americanos Rio 2007: um balanço multidimensional. In: **O Jogo continua: megaeventos esportivos e cidades.** 2011

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: Investigando sobre sua Natureza e suas Causas.** São Paulo: Abril Cultural, v.1, 1983.

SOARES, Cecília E. B; ALVES, Felipe M.L. **Uma antropologia sobre trilhos: Gênero, Política e Religião nos trens e metrô do Rio de Janeiro,** 2010.

SOUZA, M.L. **O ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero.** Tese de doutorado. Urbanismo, FAU- UFRJ: Rio de Janeiro, 2015.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa.** Trad.: E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Primeiro volume)

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos.** 8. Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.

VILLAÇA, F: "Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira". In: SOUZA, Maria Adélia A. de, & outros. **Metrópole e globalização**. São Paulo, Cedesp, 1999.